



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Ciência Política Popular: teoria relevante sobre movimentos sociais e o campo de ciência política

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília para aquisição do título de graduado.

Gustavo Henrique Serafim França

Orientador: Thiago Trindade (IPOL)

Parecerista: Marisa Von Bulow (IPOL)

Resumo: Vários incômodos experienciados durante a graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília e a percepção de um predomínio neoinstitucionalista deste campo acadêmico-científico suscitaram indagações sobre a possibilidade desta área produzir conhecimento relevante para movimentos sociais. Diante disso, buscou-se entender o que seria uma teoria relevante e uma pesquisa relevante para movimentos, tal como discutido por Bevington e Dixon, de pesquisa militante, no caso das experiências latino-americanas, ou de Ciência Cidadã, com Alan Irwin. Foi utilizada a epistemologia da experiência vivida de Patrícia Hill Collins, a metodologia de compreensão participativa de Harry Collins para significar a experiência vivida enquanto estudante de graduação e enquanto militante – aspectos que receberão breves passagens. Investiga-se a possibilidade de uma Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais ser produzida pela Ciência Política Acadêmica através de uma revisão de literatura sobre este campo científico, de algumas entrevistas semi-estruturadas e relatos de uma matéria visando apreender a totalidade de suas práticas. .

Palavras-chave: Sociologia do Conhecimento; Ciência Política; Movimentos Sociais;

AGRADECIMENTOS

Um trabalho escrito por um pesquisador ou pesquisadora nunca é obra apenas de si própria. Ainda que a maior parte do trabalho seja feito por nós através da escrita à exaustão, sempre será uma produção social, em que várias pessoas e acontecimentos deixam suas marcas e suas cicatrizes, nos influenciam. Do projeto inicial à realização final, as ideias vão mudando. Uma parte desse resultado final veio das conversas informais, aulas e tantas outras situações: com pessoas que eu amo, com companheiras/os de luta, com colegas de curso, com professoras/es.

Em primeiro lugar, agradeço à minha companheira Giovana Lizana. Nossa relação é de apoio mútuo, uma pré-figuração revolucionária. As mesmas mãos que em um momento montavam uma barricada, em outro me davam carinho e ajudavam a segurar as pontas de uma crise de ansiedade. Essas mãos, tuas mãos, revisaram minhas frases truncadas, parágrafos imensos e orações sem sentido das madrugadas em claro e do treme-lique no olho desidratado. Tua boca me falou algumas vezes, “desacelera”, vai com calma, cuida da tua saúde, durma bem, “coma frutas”. Recebia isso sempre com a angustia de ser um workaholic, um viciado em trabalho, megalomaníaco e perfeccionista com a pesquisa acadêmica. Muito obrigado por tudo, principalmente nesses últimos dois semestres de monografia. Sem ti, acho bem possível que eu tivesse adiado um semestre a entrega. Não seria o fim do mundo, mas foi muito importante. Eu te amo, espero que eu esteja conseguindo retribuir à altura.

Agradeço minha família, principalmente meu pai, José de Ribamar Pinho França, minha mãe, Glauciene Lima Serafim França. Apesar das discordâncias grandes sobre a vida, política e ideologia, várias das coisas que sou e consegui hoje foi graças à vocês, não apenas financeiramente. A cisão do cordão umbilical é normal, pais e filhos/as são diferentes mesmo. Mas pude aprender um cuidado e a empatia com vocês, principalmente minha mãe, que me fez ser solidária/o às lutas das/os de baixo.

Agradeço também à Thiago Trindade, Marisa Von Bulow e Carlos Machado, as/os três professoras/es do Instituto de Ciência Política da UnB. À Thiago, pela ótima experiência de orientação nesses anos de graduação, pela compreensão com os problemas que passei, com os atrasos. Acho nossa parceria de pesquisa muito frutífera, espero poder fortalecê-la nos próximos anos de pós-graduação. Tua vinda ao IPOL foi muito

importante para me manter pesquisando movimentos sociais e seguir uma pesquisa que busque ser relevante às lutas e à transformação social. Ver, de perto, um professor que apoia concepções parecidas sobre como fazer ciência e pesquisa com movimentos sociais, e ver, de perto, um professor que valoriza a graduação dá uma convicção maior àquilo que fazemos.

À Marisa, pois foi a professora com quem tive a matéria de “Política e Movimentos Sociais”, meu primeiro contato com a literatura acadêmica sobre movimentos sociais e a literatura acadêmica de Ciência Política sobre movimentos sociais. Durante toda a matéria fiquei muito instigado e tive gás para fazer, junto ao estudante Pedro Abelin, o primeiro trabalho mais longo para uma matéria e com o tema de movimentos sociais. Desde a matéria, mas também após a ela, foste muito solícita e me ajudou com referências posteriores para outro artigo que eu estava escrevendo. Na monografia – que infelizmente te enviei atropelando a data de envio –, fizeste vários comentários bastante pertinentes e úteis ao trabalho, algumas as quais já incorporei nessa versão final e outras que precisarei aprofundar. Sou muito grato por isso.

Agradeço também à Carlos, que foi meu professor na matéria de Introdução à Ciência Política que me fez ter gosto pelo campo. O desenho da ementa me cativou muito e as conversas no fim da aula me instigavam mais ainda, aprendia muito nelas. Depois, tive aula novamente contigo. Primeiro em Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: o que eu acharia que seria chato, se tornou uma das matérias preferidas e em que mais aprendi durante toda a graduação, sem dúvida. E as conversas no fim de aula novamente foram importantes para isso. Nisso tudo, pude pensar melhor e de maneira mais aprofundada sobre a relação entre partidos e movimentos sociais. Já mais do meio pro final do curso, a matéria de Teoria Política e Anti-racismo foi muito enriquecedora e algumas dos aprendizados lá foram utilizados aqui. Além dos toques em algumas conversas ao final das aulas que foram importante para eu retomar o gás do começo da graduação.

Agradeço muito às minhas amigas, que deram apoio emocional sempre que precisei nesses quatro anos de uma cidade nova, de alegrias, mas também de depressão, solidão e ansiedade. Agradeço a Ana Luiza Coutinho, Caio Melo, Caio Mattos, Amanda Carvalho, Letícia Testani, Guilherme Cardoso, Victor Mendes, Luis Cruz, Livia Brito, Rafael Boucinhas, Fabiana Serra, Larissa Laban, Laura Gomes, Laura Alice, Victor

Gadelha, Vieira Neto, Amanda Almada, Fernando Pereira, Fernando Marques, Regina Barcelar, Lara Ribeiro, Stephany Pinho, Igor de Sousa, Pedro Gabriel, Renato Heluy, Lucas Casemiro, Gabriel Espínola, Gabriel Ribeiro, Rodrigo Mesquita, Larissa Parga, Ivaldo Júnior e Manoela Reis. O coração com o frio da saudade e nostalgia de São Luís era logo aquecido quando conversava e convivia com vocês. Agradeço também às amizades feitas no Distrito Federal: Caio Victor, Daniel Nogueira, Átila Fauzi, Luis Gabriel Madureira, Luis Brito, Giovanna Perroni, Daniel Scandolara, João Pedro Vazquez, Samuel Silva, Beatriz Sabô, Flávia Ferreira, Luiz Gabriel Madureira, Victor Ditz, Ronan Castro, Aidan Rossi, Luisa Brandão, Luis Augusto, Daniel Saran, Rodrigo Lima, Amanda Sanfilipo, Maria Angélica, Pedro Caio, Beatriz Lima, Ludmila Andrade e Pedro Abelin. Agradeço aos mestres que lecionaram na escola de classe média alta que estudei, principalmente à Márcio Durans, Adeildo Júnior e Antônio Motta Ferro.

Merecem os devidos agradecimentos também todas e todos aquelas/es que trabalharam para me dar condições de estudo: às trabalhadoras/es terceirizadas/os da Universidade de Brasília, tão atacados e que tem sofrido demissões; às técnica-administrativas/os. Foi o trabalho dessas pessoas que me deu e nos dá mais tempo livre na academia e mantém a estrutura para que possamos continuarmos pesquisando e estudando. Agradeço ao meu psicólogo Gabriel Johann, que me ajudou a segurar as pontas e firmar o pé no chão, mas também a balançar com o mundo quando necessário.

Por fim, mas não menos importante, dedico este trabalho de conclusão de curso à todas/os os companheiros de militância do Movimento Passe Livre – Distrito Federal e Entorno. Desde que ingressei no movimento, aprendi muita coisa que deu o sul do que foi o tema desta pesquisa: como produzir uma pesquisa e um conhecimento que seja relevante à transformação almejada pelo movimento do qual faço parte, o MPL-DFE? Não à toa, o projeto inicial desta monografia analisaria o conhecimento que foi relevante à luta em que o movimento está envolvido. A megalomania da minha parte de realizar algo tão grande acabou impedindo que eu seguisse à risca o projeto inicial. Porém, além de menções diretas a formulações nossas, todo o trabalho foi influenciado por assuntos debatidos internamente por nós. Agradeço à todas vocês que compartilham comigo a luta e um sonho para que o transporte seja diferente, que funcione para as/os de baixo. Agradeço, principalmente, à Paique Duques Santarém e Leila Saraiva pela revisão deste

texto, e à Sueli Martins, Carolina Camargo e Elisa Rosas pelos dias de grupo de estudos para nos ajudarmos uns aos outros. Agradeço também à Giovana Lizana, com quem convivi também no movimento e pude compartilhar angustias ao longo desse tempo.

Um outro mundo é possível! Uma outra Ciência Política também!

SUMÁRIO

Introdução: P. 8

Capítulo 1: O que é uma teoria e uma pesquisa relevante sobre movimentos sociais?:

P. 17

Capítulo 2: Os dilemas da relevância: P. 59

Capítulo 3: Ciência Política e conhecimento relevante: uma contradição?: P. 72

Considerações Finais: P. 83

Referências Bibliográficas: P. 84

Introdução

Vários incômodos experienciados durante a graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília e a percepção de um predomínio neoinstitucionalista deste campo acadêmico-científico suscitaram indagações sobre a possibilidade desta área produzir conhecimento relevante para movimentos sociais. Diante disso, buscou-se entender o que seria uma teoria relevante e uma pesquisa relevante para movimentos, tal como discutido por Bevington e Dixon, de pesquisa militante, no caso das experiências latino-americanas, e de Ciência Cidadã de Alan Irwin. Dessa discussão, apreendeu-se os elementos comuns e os dilemas enfrentados por práticas de produção de conhecimento como essas. Foi utilizada a epistemologia da experiência vivida de Patrícia Hill Collins, a metodologia de compreensão participativa de Harry Collins de modo a incluir algumas experiências vividas pelo autor na militância dentro do Movimento Passe Livre – Distrito Federal e Entorno, bem como de alguns incômodos experienciados ao longo da graduação e de matérias assistidas. Investiga-se a possibilidade de um conhecimento relevante ser produzido pela Ciência Política Acadêmica através de uma revisão de literatura sobre este campo científico, de entrevistas semi-estruturadas com professoras¹ e de um relato breve de uma matéria no curso de graduação de Ciência Política. Ao final, as discussões são brevemente retomadas e as lacunas apontadas.

Os questionamentos que levaram a esse assunto partiram de incômodos e estranhamentos sentidos durante a graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), os quais colocaram em tensão o aprendizado do curso com a formação militante no Movimento Passe Livre – DF e Entorno. Desde o primeiro semestre, tive uma sensação de que as lutas que aconteciam fora da institucionalidade estatal eram pouco estudadas. De fato, haviam debates que iam de encontro com aquilo que a prática militante nos colocava a pensar. A discussão sobre a crise de representação dos partidos políticos ligava-se com a tentativa de compreender o tipo de presença da representação política – ou mesmo se estava presente algum tipo – dentro dos movimentos. As teorias da democracia permitiam ligar a discussões de democracia interna de um movimento ou a

1

Neste trabalho o determinante de gênero utilizado para remeter às pessoas de todos os gêneros será o feminino, não o masculino, por entender que a desigualdade vivida pelas mulheres em relação aos homens também tem base linguística. Assim, por exemplo, ao remeter a todas as pessoas, escreveremos “todas” ao invés de “todos” ou “todas/os”.

conexão entre democracia participativa e protestos. Mas quando o assunto eram específica e diretamente movimentos sociais, pouco era ministrado nas aulas. Ainda que houvessem exceções, como matérias sobre isso, o marco teórico utilizava conceitos que eram muito distantes daqueles utilizados concretamente no movimento do qual faço parte.

Um relato de uma situação ilustra isso. Previsto como forma de avaliação desta matéria, uma estudante gostaria de fazer o seu estudo de caso sobre o “recrutamento” de militantes para o MPL-DFE. Por eu ser da Ciência Política, onde a matéria é ministrada, e por ser integrante do movimento, ela avisou a mim e pediu para que eu consultasse as outras participantes. Ao levar para a reunião interna do coletivo e explicar sobre o que se tratava, com uma reação de susto alguém perguntou: “Recrutamento? Parece que a gente é militar!”. Possivelmente por já estar habituado a esse vocabulário e ao conceito, não senti esse estranhamento antes que ele fosse dito. Ou seja, toda o esforço feito para criar outras relações sociais aparece anulado por um termo que se pretende mais acadêmico e, por isso, mais pretensamente neutro para denominar a entrada de pessoas. A radicalidade da transformação social almejada e praticada pelo movimento é descartada a priori, antes de uma investigação que justifique essa exclusão. Em função disso, uma ponte entre os conceitos acadêmicos e as categorias dos movimentos para pensar a si próprios fica obviamente dificultada.

Outro incômodo diz respeito a inserção da produção científica de Ciência Política entre o campo de movimentos sociais. Até haviam pessoas e grupos que circulam e circulavam no campo dos movimentos autônomos do Distrito Federal, do qual o MPL-DFE faz parte, que tinham e tem estudantes de Ciência Política, porém entre os materiais lidos e estudados para nossa atuação não haviam publicações e textos feitos por cientistas da área.

De diferentes formas e em diferentes matrizes ideológicas, existe uma expectativa que circula entre os discursos sobre a universidade acerca da necessidade de que ela tenha, entre posições que estão se preocupam com grupos oprimidos e subalternos, uma “função social”, que “sirva ao povo”, “à classe trabalhadora”, e entre as posições que não ou tem menos essa preocupação, que sirva “à sociedade”, que “preste um serviço à comunidade”, “às empresas”, “ao mercado”. Dentro da Ciência Política e de seus

precursores, existem formulações estadunidenses para quem esta área de conhecimento teria uma função pedagógica ao povo ou às cidadãs, inculcando-os os valores da democracia-liberal, do governo republicano e da estabilidade das instituições derivada deste último (BIANCHI. 2011. P. 84; FERES JÚNIOR. 2000. P. 98-100). Em suma, existe alguma expectativa de que a produção acadêmica da Ciência Política seja utilizada, lida e incorporada por quem age politicamente, ou seja, que se conectem a alguma prática política.

Se elas não estão se ligando à prática e a ação coletiva de tipo movimento social, algumas perguntas vem à tona. Em consonância com as palavras de ordem criadas no movimento estudantil “Universidade para que? Universidade para quem?”, precisamos nos perguntar se a Ciência Política acadêmica está orientando, informando e sendo útil a alguma prática política, qual é ela? E de quem é esta prática política? Parafraseando, “Ciência Política para que? Ciência Política para quem?”. Uma resposta para essas perguntas passa necessariamente por uma pesquisa histórica sobre a universidade e especificamente da Universidade de Brasília, seu significado numa sociedade capitalista, racista e misógina, seus elos com o Estado, sobre o processo de criação de uma graduação em Ciência Política na capital do Brasil, seus vínculos com o mercado político – do marketing político, pelo lobby, consultoria e assessoria política –, os valores que inculca naquelas que forma, as relações sociais que produz e reproduz, o perfil de estudantes que atrai, o perfil de estudantes que forma, seu papel na divisão do trabalho político-social, os objetos que estuda, os temas que pesquisa, as metodologias e epistemologias que utiliza.

Numa escala menor de pesquisa, mas que passa superficialmente por alguns desses pontos e aprofunda em outros, há a pergunta central deste trabalho: o que seria uma pesquisa e uma teoria relevante para movimentos sociais? Como o campo de Ciência Política acadêmica se relaciona com isso? Por que parece haver uma irrelevância dos estudos sobre movimentos sociais frente a prática política da qual falam? Para reponder a essa pergunta, com as inquietações e reflexões coletivas vividas dentro do MPL-DFE, realizei uma revisão do debate entre três enfoques teóricos que giram em torno do tema da relevância.

A roda não está sendo inventada com tais inquietações. Bevington e Dixon (2005) colocam o debate das teorias de movimentos sociais nesses termos. Ao criticarem usos da Teoria do Processo Político (TPP)² por estarem presas a mecanismos explicativos incapazes de serem transpostos a outras realidades e aplicação em outros casos, portanto, de criar teoria, impede-se a relevância dos estudos em questão. Em oposição a isso, propõem uma teoria relevante sobre movimentos sociais, que significa uma teoria que seja lida e incorporada na discussão estratégica dessas atrizes políticas. Reconstituindo a existência dessa tradição, os autores recuperam os exemplos do Manifesto do Partido Comunista, das contribuições de Lenin, Gramsci, de metodologias feministas, dentre outros. No âmbito das metodologias e técnicas de pesquisa, para que esse tipo de teoria e pesquisa avancem a objetividade científica a partir do distanciamento do dito “objeto” estudado é um contrassenso: ao contrário, a aproximação e o engajamento direto no movimento social, bem como do movimento em toda a pesquisa, é condição para a objetividade, em função de se vincular ao interesse também da pesquisadora na eficácia da transformação social, que depende de uma informação precisa.

Nos últimos anos surgiu também a conceituação de Ciência Cidadã. Para Alan Irwin (1995), criador do conceito, encaixa-se aqui o tipo de ciência que incorpore no processo decisório e científico aquele conhecimento específico de que dispõe as cidadãs, isto é, uma *expertise cidadã*. Ainda que apareça sob diferentes formas e casos – como uma proposta de ciência feita *para* cidadãs ou uma ciência feita *por* cidadãs –, ela tem em comum o fato de levar em conta aquele conhecimento dos grupos subalternos, distinguindo-se da ciência oficial das cientistas e das instituições. Para tal construção teórica, Irwin vale-se de vários casos nos quais a “ciência oficial” e a “ciência cidadã” interagem, gerando vários apontamentos sobre potenciais conflitos entre ambas, como o caráter local da segunda e sua ausência de universalização, a observação a partir do caso concreto vivenciado.

Anterior a tais formulações, na América Latina um grande leque de práticas alternativas de pesquisa foram utilizadas desde meados do século XX. Denominadas de

A Teoria do Processo Político (TPP) é uma teoria que intenta explicar os movimentos sociais a partir do contexto político na qual estão inseridos. A “estrutura de oportunidades políticas”, seu conceito-chave, visa explicar como determinadas jornadas de oportunidades que os movimentos percebem impulsiona sua mobilização (GOHN. 2012. P. 92-107).

Pesquisa Militante, conforme Jamount e Varella (2016), elas fazem parte das críticas à dependência científica da região e ao colonialismo científico – seja no positivismo ou no liberalismo –, separa o sujeito da pesquisa e objeto de estudo. Assim, este tipo de pesquisa tem algumas características, destacadas sobretudo pelas autoras acima: ligação entre teoria e prática; superação da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa; enquadramento social e histórico; superação do colonialismo intelectual e da dependência acadêmica; compromisso com a transformação; criatividade nas técnicas e métodos de pesquisa. Tal como a pesquisa e teorias relevantes coloca, para a pesquisa militante a participação do movimento em toda a pesquisa e da pesquisadora no movimento é central como meio de alcançar tais características.

Com as colocações da Ciência Cidadã, da Pesquisa Militante e da Teoria e Pesquisa relevante para movimentos sociais, bem como a expectativa existente de que a Ciência Política acadêmica ligue-se a alguma prática política, questionei-me a razão de existir um distanciamento no campo de Ciência Política frente aos movimentos. Tavares e Oliveira (2016) constataram que os estudos com foco na política como “fogo de pneu” – típica da luta extra-institucional na qual movimentos se envolvem – representam apenas 2,7% das publicações nos principais periódicos do campo, comparativamente com os estudos sobre instituições, representantes de 60,8% das publicações. Dessa baixa quantidade de estudos sobre movimentos sociais, há também um segundo problema: o afastamento da Ciência Política da prática das lutas populares. De um lado, a prática desta ciência encontra-se restrita a uma pedagogia para o republicanismo liberal e para a estabilidade, como apontado pelas definições estadunidenses dela, de outro, está restrita à prática profissional assessoria e consultoria política – sobretudo o lobby –, difundida nos discursos de algumas estudantes e professoras. Por fim, um terceiro problema da relação com o campo da Ciência Política emerge: ainda que se estude a política “como fogo de pneu”, as pesquisas parecem não serem relevantes aos próprios movimentos.

Vale um adendo introdutório sobre a definição de movimento social utilizada neste trabalho, que será melhor destrinchado nos capítulos que seguem. Utilizei de duas definições, uma predominantemente descritiva e outra com uma carga normativa maior. Descritivamente, são caracterizados assim aquelas formas de ação coletiva que se utilizam de uma prática política para além das instituições e com o horizonte de algum

nível de disrupção da ordem ou conflito para reivindicar algo ao Estado. Com essa primeira definição estão inclusas formas de ação coletiva que façam uso de protestos, ocupações e outras formas de ação direta, ainda que cooperem com o Estado e ajam por dentro dele em outros momentos como atores estatais. A definição mais normativa, por sua vez, é a de considerar apenas os movimentos sociais de esquerda ou que pautem explicitamente de combate às relações de dominação e hierarquias existentes. Esta é uma decisão política, que implica explicitamente em valorizar a tradição organizativa das classes populares e grupos oprimidos brasileiros que se utilizam do termo desta maneira nas lutas que emplacam.

Implica, portanto, que não estão incluídos nesta segunda definição formas de ação coletiva que estariam incluídas na primeira definição, mas que busquem um reforço às desigualdades, como o Movimento Brasil Livre e a direita social organizada que se popularizou de 2015 para cá, ou movimentos reacionários da história do país, como o Integralismo. Não significa uma posição de defender que estes grupos devam ser deixados de lado nas análises que estudiosas de movimentos sociais fazem. Isto significa que, nas páginas que seguem, quando falar-se em permitir que os movimentos participem das decisões em torno de todo o desenho de pesquisa, do engajamento direto de pesquisadoras, compromisso ético com a transformação, da dupla participação, de que uma pesquisa pode se tornar mais relevante ao adotar as práticas do movimento na sua construção, não se está falando dos grupos como os mencionados neste parágrafo.

A partir desses incômodos com esta área do conhecimento científico e a universidade, metodologicamente optou-se por um caminho semelhante ao de Alan Irwin, que consiste a comparação da Ciência Cidadã e da Ciência Oficial num caso concreto: comparou-se o campo de Ciência Política às características de um conhecimento relevante. Por essa razão, escolheu-se a epistemologia da experiência vivida, de Patrícia Hill Collins (2002). Conforme a autora, esta é calcada na sociabilidade existente entre mulheres negras, define epistemologia como o processo de validação da produção de conhecimento e de suas questões. Esta, em específico, caracteriza-se pela relevância da experiência vivida, pelo diálogo cooperativo como forma de chegar à verdade, por uma ética do cuidado – na qual as emoções e a singularidade dos sujeitos tem importância para dar credibilidade àquilo que se fala e ser responsivo ao contexto sobre o qual se fala.

Para ela, opõe-se à epistemologia branca, marcada por um positivismo que separa o objeto da pesquisadora, exclui emoções e se pauta em debates adversariais.

O autor deste texto é um homem branco de classe média alta. Apesar disso, como a própria Collins (2002) fala, é possível a aliança de grupos oprimidos com brancos que se posicionem contra as instituições hegemônicas controladas por homens brancos. Assim, a epistemologia levantada pela autora pode ser utilizada por outros grupos e foi utilizada neste trabalho, que teve como base a experiência vivida enquanto militante do Movimento Passe Livre - DFE e enquanto graduando de Ciência Política do segundo semestre de 2013 ao segundo semestre de 2017. No curso de graduação predominam práticas sociais mais próximas da epistemologia branca, com debates adversariais e uma separação entre sujeito e objeto, imperando que essa experiência seja reinterpretada sob a ótica da epistemologia alternativa vivenciada pelo autor no movimento. Neste, diferentemente, outras relações sociais de validação do conhecimento estão presentes, predominando o diálogo cooperativo – a exemplo de um dos princípios do MPL, que dá preferência a decisões por consenso – sobre a experiência militante para chegarmos às decisões internas.

Metodologicamente, utilizou-se da compreensão participativa, elaborada por Harry Collins (1984). Esta consiste num tipo de observação participante que maximiza a interação objeto-pesquisador para que a pesquisadora chegue ao ponto de internalizar os valores e o meio de vida, ganhando uma competência nativa, isto é, o conhecimento dos valores necessários para a interação nesse local estudado. Durante a militância no movimento pude incorporar os valores de sua cultura interna, criando e recriando-os no processo, que são condições para eu pudesse agir enquanto movimento e em conformidade com a identidade dele. A socialização durante a graduação em Ciência Política permitiu a introjeção e identificação dos valores, debates, discursos, instrumentos e técnicas predominantes deste campo no Brasil.

Este aspecto merece um destaque. A metodologia para análise da Ciência Política, a ser comparada com o conhecimento relevante e as experiências vividas dentro do MPL-DFE não se limitou a investigação das publicações nos principais periódicos ou de seu marco teórico predominante, o neoinstitucionalismo. Buscou-se ir além da imagem feita pela própria disciplina de que ela existe apenas segundo as coisas que escreve.

Incorporou-se rudimentarmente também quem ela forma, os discursos de alguns de seus agentes concretos e a dinâmica das salas de aula que dá. Nesse sentido, utilizou-se de algumas entrevistas semi-estruturadas com professoras do Instituto de Ciência Política, de um relato de experiência vivida em uma matéria – com destaque a matéria obrigatória de “Análise Política” e da análise de sua principal literatura e história do campo, visando destacar suas práticas vigentes.

Efetivar a ligação à prática e à ação de movimentos sociais e coletividades, proposta pela pesquisa militante, ou discutir suas possibilidades de se efetivar em determinado campo científico depende de mapear e compreender as práticas já existentes e já ligadas a este mesmo campo científico. Mesmo aquelas discussões que parecem ter pouca ou nenhuma conexão com a prática por tratarem de temas muito abstratos – ou como algumas posições da Ciência Política erroneamente colocam, “teóricos” – tem no mínimo uma ligação indireta com a realidade e uma ação pedagógica, uma prática educativa (FREIRE. 1970. Apud. JAUMONT; VARELLA. 2016. P. 436) expressa na disseminação do conhecimento através das aulas, periódicos, mesas, debates e palestras. Comumente, a ciência foge da explicação científica e sociológica sobre ela própria por julgar que chega às suas conclusões a partir da objetividade da análise que faz, criando uma imagem de si enquanto um objeto sagrado, como se ela não estivesse inserida no mundo profano das relações sociais que causam os fenômenos que estuda (BLOOR. 2008. P. 77-83). Nesse sentido, o campo científico até fala de si mesmo como se não tivesse práticas sociais, mas já tem uma prática graças a sua inserção no mundo, da qual as próprias publicações acadêmicas fazem parte. Ainda que de maneira primordial e que mereça melhor aprimoramento metodológico posterior, este foi o meio encontrado para analisar a Ciência Política em sua totalidade, entendendo-a como conteúdos científicos e como uma instituição. Ensaisticamente, esta investigação é um dos passos necessários para analisar a Ciência Política como um “aparelho ideológico do Estado” – conceito de Louis Althusser usado para explicar a consolidação da ideologia dominante nas sociedades e a reprodução e aprendizado da divisão do trabalho no capitalismo – (CARNOY. 2013. P.126-127), localizando-a dentro da Universidade e, de maneira mais ampla, das relações sociais existentes no mundo. Ela ganha, então, uma concretude

analítica, uma materialidade que podemos tocar, conectada à abstração da análise de seu marco teórico.

Dito tudo isso, a estrutura do texto tem cinco seções. Após esta introdução ao assunto, o primeiro capítulo apresenta o que é uma pesquisa e uma teoria relevante para movimentos sociais. O segundo capítulo versa sobre os dilemas envolvidos na criação de uma teoria relevante sobre movimentos sociais. No capítulo três, pretende-se compreender as afinidades e divergências que esses conhecimentos relevantes estabelecem com a Ciência Política acadêmica, visando uma síntese de uma Ciência Política Popular. Por fim, realizam-se considerações finais.

Capítulo 1: O que é uma teoria e pesquisa relevante para movimentos sociais?

Este capítulo pretende definir uma teoria e pesquisa relevante para movimentos sociais a partir dos principais marcos teóricos que colaboram para isso, bem como apresentar os principais dilemas desse modo de fazer ciência. Inicialmente são apresentadas a abordagem anglo-saxã de Bevington e Dixon (2005) que incorpora uma dimensão de relevância aos estudos sobre movimentos sociais, as práticas de pesquisa militante na América Latina sintetizadas por Jaumont e Varela (2016) e especialização cotidiana da ciência feita por cidadãos em Alan Irwin (1995), ciente de que as coletividades – não apenas cientistas – são produtoras de conhecimento. Apesar de diferentes contribuições trazidas por cada uma, as três tem em comum a centralidade dada à participação no processo de pesquisa como meio de contrariar as formas de dominação, remetendo a uma democracia participativa nas relações de produção da pesquisa, à teoria social e política anarquista que associa a maior presença de participação à autogestão e a menor à dominação, bem como à política prefigurativa aplicada à pesquisa acadêmica.

A “Movement-Relevant Theory” ou **Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais** (TRMS) foi elaborada por Bevington e Dixon (2005) a partir de três incômodos principais. Em primeiro lugar, os autores notam uma incapacidade da Teoria do Processo Político (TPP) em gerar teoria propriamente dita, isto é, conhecimento que tenha capacidade de explicar uma diversidade de contextos e não apenas aquele que deu origem a formulação.

Criada nos Estados Unidos, a despeito de suas várias reformulações, sinteticamente essa escola olha para os movimentos sociais principalmente enquanto desafiante das elites detentoras do poder do Estado. Eles envolvem-se numa estrutura de confronto político e estão inseridos nos contextos políticos específicos, tentando explicar o disparo inicial deste confronto pelo conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) (ALONSO. 2009. P.53-56). Consistem em dimensões contingentes do ambiente político, de forma específica, e do Estado, de forma mais estrutural, que, quando percebidas pelos movimentos, servem de incentivo a mobilização ou que os próprios movimentos podem criar durante o processo do confronto (TARROW. 2009. P. 105-116). Para Bevington e Dixon (2005. P. 186-189), a TPP centrou-se muito em mecanismos

explicativos de pequena escala, impossibilitando uma formulação teórica de ampla escala, a qual teria poder explicativo em uma variedade de casos. Uma teoria útil aos movimentos deve ter este caráter teoricamente dinâmico, uma vez que na sua ação cotidiana precisam adaptá-la aos seus respectivos contextos.

Sua posição é controversa. A Teoria do Processo Político, ao contrário do que coloca, se vale de categorias com uma abrangência maior. Não à toa são variáveis macro-sociais. Para explicar, por exemplo, o fim das experiências socialistas por movimentos de massas, Tarrow (2009) utiliza variáveis como a divisão entre elites, atuação da mídia sobre a opinião pública, aberturas e fechamentos de regimes políticos que facilitam a mobilização. Todas essas são variáveis que abrangem os territórios nacional daqueles Estados. Seriam de pequena escala aquelas que focassem estritamente nas técnicas de mobilização – ou nos repertórios – utilizadas em um caso específico, sem a mediação do contexto político mais amplo. Ainda que Bevington e Dixon não afirmem que necessariamente o uso da TPP implique numa análise com mecanismos de pequena escala, desconsideram os usos desta abordagem que se valem de mecanismos causais de larga escala, como de um de seus principais representantes, Tarrow.

Ademais, a segunda afirmação envolvida nessa inquietação, segundo a qual o uso de mecanismos explicativos de pequena escala impedem a edificação de uma teoria é também controverso³. Apesar de não poder entrar no debate à fundo, existem posições contrárias, sobretudo vindas das autoras feministas – como Sandra Harding (1996) – nos estudos sociais de ciência e tecnologia e na sociologia do conhecimento, mas também de abordagens outras que falam dos saberes localizados. De maneira simplificada, as generalizações científicas típicas de teorias de larga escala universalizariam um fenômeno, desconsiderando suas especificidades e servindo à dominação colonial e patriarcal – que usa de teorias universalizantes na sua empreitada. Em seu lugar, um nível de pequena escala seria mais adequado tanto analiticamente, uma vez que daria conta das especificidades locais, quanto politicamente, por não servir à dominação. Este tópico reaparece na Teoria Relevante Sobre Movimentos Sociais ao discutir-se a necessidade de um conhecimento dinâmico. Nas abordagens da Pesquisa Militante reaparecerá com a crítica à dependência acadêmica e superação do colonialismo intelectual e na Ciência

³ Agradeço à parecerista, professora Marisa Von Bulow por este comentário durante a banca do Trabalho de Conclusão de Curso.

Cidadã com a necessidade de um saber contextual. A despeito disso, não elimina o que considero a principal contribuição dos autores: a introdução de uma dimensão de relevância para avaliação das abordagens teóricas, que será trazida no terceiro ponto.

Em segundo lugar, as teorias de movimentos sociais teriam sofrido dois vícios intelectuais: uma expansão exagerada de alguns conceitos, retirando-lhes poder explicativo preciso; um foco exacerbado em uma variável específica e não no conjunto delas que formam a realidade. Para os autores, o distanciamento que a academia guardou da ação, da prática enquanto as analisava causou este segundo aspecto, levando as pesquisadoras à conclusões já óbvias às integrantes dos movimentos. O que realmente importava às militantes, como alcançar os fins considerados importantes por cada variável, era uma questão não respondida (BEVINGTON; DIXON. 2005. P. 189-190).

A partir do caso concreto que estava envolvido, Frantz Fanon (1968. P.35-38;45-46), autor negro martinicano e militante das lutas anti-coloniais, traça um diagnóstico similar sobre a reflexão realizada pela intelectual colonizada em oposição àquela das massas, do povo. Ao passo que a primeira orienta sua visão por um culto ao detalhe e uma ação nas eleições e na conquista de cargos da administração colonial, perdendo de vista o objetivo da libertação nacional, da terra e do pão, o povo se direciona à totalidade da realidade e à construção da revolução. Inicialmente, os estudos sobre movimentos sociais encarnavam isso, de forma que as variáveis escolhidas eram o principal objeto e arma de querela entre as escolas teóricas na disputa pela proeminência desta área de pesquisa: segundo Alonso (2009. P. 69), a TPP centrou-se no contexto político, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nos fatores simbólicos e cognitivos, ou culturais, e a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) na organização interna dos movimentos. Apenas posteriormente as três escolas criaram pontes entre suas variáveis e se reconciliaram, como o balanço de literatura de Alonso (2009) apontou e o livro de Tarrow (2009) sintetizou, algo que a realidade de luta experienciada pelos movimentos impunha à ação desde o primeiro momento. Este ponto em específico será retomado no trecho deste capítulo que debate os dilemas de uma pesquisa relevante, pois tem relação com a reapropriação do trabalho universitário que ela significa, contrariando a ultra-especialização das disciplinas.

Em terceiro lugar, na visão de Bevington e Dixon, Richard Flacks trouxe algumas questões que colocam uma nova dimensão para avaliar os estudos sobre movimentos sociais: a relevância. Ele questiona “Para que essa análise?” e “Esse conhecimento é útil?” para indagar sobre se as pesquisas de movimentos sociais tem sido relevantes à transformação social propostas às próprias atrizes (BEVINGTON; DIXON. 2005. P. 186-189). São perguntas que guardam enorme semelhanças com as feitas pelo movimento estudantil brasileiro em algumas de suas lutas para provocar o debate sobre quais interesses serve a universidade e a quais ela deveria servir: “Universidade para que?” e “Universidade para quem?”⁴.

Com isso em mente, definem a Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais pela produção de um conhecimento útil e aplicável para a transformação social que é incorporado à discussão estratégica dentro das organizações em luta. Conceituado assim, a academia não é a única capaz de produzir esta teoria: o movimento também é produtor de conhecimento e, por essa razão, produz uma teoria relevante (BEVINGTON; DIXON. 2005. P. 189-190). O caso investigado pelos autores em outra pesquisa mostra como o movimento de justiça global produziu, circulou e discutiu teorias diversas, tratando de assuntos como especialização da organização interna, racismo, exclusão, poder, divergências sobre estrutura e agência e transformação radical. Feitas geralmente no momento posterior às mobilizações, esses conhecimentos difundiam-se em conversar informais e meios de comunicação on-line. Tinham um caráter crítico e auto-crítico dos movimentos, visando observar a experiência passada para orientar ação futura (Ibid. 2005. P. 194-195).

Segundo eles, diferentemente da área de história de movimentos sociais, a de teoria de movimentos sociais não são lidos e utilizados nas lutas. Por que as teorias de movimentos sociais não seriam incorporadas pelas atrizes da transformação social? Na resposta que dão, rejeitam interpretações que culpavam as ativistas, como a de que

Ainda que tenha surgido em várias lutas do movimento estudantil, serve de exemplo de uso dessas perguntas o “web-documentário” denominado “Universidade para quem?” feito pelo estudante também de Ciência Política, Átila Fauzi. Ele traz relatos das dificuldades enfrentadas por estudantes para se manter na Universidade de Brasília, focando na deterioração de saúde mental causada pelo processo de avaliação, símbolo do produtivismo e do capitalismo acadêmico, assim como pelas estruturas de dominação gerais da sociedade – como o racismo, o patriarcado, a LGBTfobia, a segregação sócio-espacial. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/Ucx3BNFHDFvBAYnytgJaB7hg>>;

existiria um anti-intelectualismo nos movimentos que os fazem incapazes de entender abstrações ou de que existiriam limitações para acessar os trabalhos acadêmicos. Neste último aspecto apresentam uma distinção importante: a mera possibilidade de que os movimentos tenham acesso à produção acadêmica não basta para que o estudo seja relevante. O fato de os movimentos estarem buscando a todo tempo teorias orientadoras de sua ação sugere que o problema talvez esteja na forma como são produzidas tais teorias acadêmicas, aspectos que concernem a dimensão da relevância (Ibid. 2005. P. 193).

A metodologia e epistemologia utilizadas, não só na execução da pesquisa, mas em sua formulação e avaliação tem impacto sobre a relevância ou não da análise. Assim, rejeitam início a escolha metodológica-epistemológica de se distanciarem dos movimentos para alcançar objetividade. Ao contrário, ela seria atingida através da aproximação ao movimento com quem se pretende relevante: fosse o objeto o movimento ou oponentes a este, o interesse com a eficácia da transformação social pressionaria pela busca duma informação com a melhor qualidade possível (Ibid. 2005. P. 191-193). Por exemplo, estudos orientados pela conservação e controle social, como os do Serviço de Inteligência Canadense ou do RAND Institute sobre o movimento de justiça global, foram capazes de criar uma teoria dinâmica – diferenciando-se do que era criticado na TPP – e de ser útil aos movimentos de justiça global (Ibid. 2005. P. 191-193).

Este caso trazido pelos autores pode criar uma confusão⁵ ao argumento: se para ser relevante a determinado movimento deve se engajar diretamente nele e em seu favor, como uma organização contrária ao movimento e um órgão de repressão do Estado produziram uma reflexão relevante a ele? A relevância precisa ser entendida de maneira multi-causal, ou seja, assim como importa o engajamento da pesquisadora e a participação do movimento no desenho da pesquisa, importa também o compromisso com a transformação social – que será realçado pela TRM e pela Pesquisa Militante. O caso trazido por Bevington e Dixon ilustra como esse compromisso e a aproximação, contrários à objetividade que almeja o distanciamento, não são antagônicos à precisão analítica e relevância, mesmo que signifique ser relevante a outros que não o movimento estudado ou engajado.

⁵ Agradeço à parecerista Marisa Von Bulow por pontuar a confusão que este trecho pode gerar.

Os autores sugerem, então, alguns passos metodológicos para a relevância. Um primeiro passo metodológico seria identificar questões relevantes e trazê-las a *agenda de pesquisa* a partir do mapeamento dos debates já existente no movimento se utilizando de três questionamentos: “Quais questões interessam às participantes do movimento?”, “Quais ideias e teorias as ativistas estão produzindo?” e “Qual área acadêmica está sendo lida e discutida pelas participantes do movimento?” (Ibid. 2005. P. 198-200). Ademais, afirmam ser possível propor questões úteis que não tenham sido levantadas pelas militantes, mas mantendo com elas um contante diálogo. Durante a pesquisa, num segundo momento, um *engajamento direto* do pesquisador é importante, pois permite acesso a fontes atualizadas, não trabalhos datados, além de aprimorar a objetividade, como supracitado. Num terceiro momento, após a realização da pesquisa, o engajamento direto possibilita avaliar como ela foi recebida pelas ativistas, isto é, realizar um teste de qualidade e relevância, cujos parâmetros são a leitura dos resultados e sua incorporação à estratégia pelo movimento. Finalmente, saindo um pouco da pesquisa rumo à teoria relevante, análises comparativas, que combinem estudos sobre uma variedade de movimentos constroem de um conhecimento teórico, que note e interprete padrões mais amplos (Ibid. 2005. p.198-200).

Há alguns percalços, entretanto, que ressaltam. Uma reação crítica de ativistas às pesquisas de movimentos sociais podem ser sintomas tanto duma irrelevância, quanto de uma posição vigente que é refratário às conclusões críticas duma pesquisa que foi relevante. A pesquisa relevante não diz respeito a uma mera adulação de um movimento: embora isso seja interessante no curto prazo, no longo prazo, uma informação precisa e útil proveria maior efetividade no longo prazo (Ibid. 2005. P. 191). A confidencialidade de algumas coisas relacioandas ações diretas e a pressão para manter boas relações com os movimenots em função dos laços emocionais criados são outras duas ressalvas. Não há fórmula pronta para a resolução de tais problemas, mas uma *relação profunda* de reciprocidade e diálogo entre ativistas e pesquisadoras é crucial para tal (Ibid. 2005. P. 191;199-200).

Rebecca Tarlau (2014), uma pesquisadora e educadora branca, utilizou explicitamente dessa metodologia em seu estudo sobre a educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A par da dimensão de relevância para as investigações

sobre movimentos sociais, a autora mudou a pergunta de pesquisa que tinha inicialmente após entrar em contato com o Setor de Relações Internacionais e com os projetos de educação do MST no Brasil. Seu objetivo de produzir um conhecimento crítico construtivo – que não fossem adulação, nem desconsideração das iniciativas da organização – foi guiado pela noção de *colaboração* do movimento: equivalente ao *engajamento direto* ressaltado pelos autores supracitados, significa, para a autora, não apenas criar um diálogo entre militantes e pesquisadoras, mas uma solidariedade presencial, física ao movimento. Assim, além de perguntá-la como iria compartilhar a experiência de luta e de pesquisa e como prestará solidariedade, a proximidade com os projetos de educação do MST a fez notar a fundamental importância da pesquisa na filosofia política do movimento e o fato de que sua pergunta de pesquisa já estava sendo analisada pelas próprias integrantes do movimento. Saiu, então, do estudo dos efeitos das iniciativas de educação sobre as jovens para examinar por quê elas foram bem sucedidas em alguns locais e fracassaram em outras.

Nas etapas finais de pesquisa, a *colaboração* tornou-se um momento que intenta socializar os resultados através do diálogo com as ativistas. Incluiu, por conseguinte, não só o teste da precisão dos dados coletados em entrevistas – através da triangulação⁶ –, mas também um processo de “devolução do conhecimento” e de ouvir as percepções das militantes sobre as conclusões de sua pesquisa. Por essa razão, apresentou o estudo que elaborou em atividades de base e de formação de quadros, pedindo que, ao final, respondessem perguntas sobre a validade dos achados e sua relevância⁷. Foi a forma encontrada pela autora para contornar as tensões de ser uma “ativista que está dentro da

6

Triangulação diz respeito ao processo de levar os pontos de uma entrevista à outra sob a forma de perguntas para que a segunda entrevistada possa opinar acerca do que foi dito pela primeira. No caso da autora, os pontos trazidos pelas agentes estatais foram levados às entrevistas e conversas com pessoas do MST, questionando sobre sua opinião acerca deles.

7

As perguntas são: “Quais partes da apresentação ressoaram com as experiências que vocês viveram? Quais aspectos dos dados apresentados você discorda, acredita estarem incorretos ou irrelevantes para sua própria realidade? Você pode descrever suas próprias experiências e interações com autoridades municipais, estaduais e federais que tiveram o intuito de tentar implementar a pedagogia do MST nas escolas, nos cursos formais da universidade ou outros programas educacionais? Estes surveys e as questões que as ativistas do MST colocaram depois das minhas apresentações ajudaram a solidificar vários aspectos do meu argumento”(Tradução própria).

academia”, uma identidade cheia de contradições (TARLAU. 2014. P. 75-78), que será esmiuçado no dilema de reapropriação do trabalho universitário.

Laurence Cox (2015) traz, por sua vez, uma série de relatos de experiências das lutas sociais da Irlanda que apresentavam práticas de uma pesquisa relevante sobre movimentos sociais. Centralmente, apresenta a metodologia denominada “Participatory Action Research” (PAR) ou “Pesquisa Ação-Participativa (PAP)” (Tradução própria) - parecidíssima com o *engajamento* e com a *colaboração* – e discute a inserção dessas práticas em meio a “configurações de relações sociais” contraditórias: as pesquisadoras localizam-se, de um lado, entre a lógica do Estado por estarem na Universidade e, por outro, a lógica dos movimentos sociais, em função de sua ligação com estes. O autor narra suas experiências dando cursos universitários na Europa voltados para militantes e como militante do movimento comunitário de trabalhadores, das quais retira alguns aprendizados.

Ele situa suas questões na análise sociológica do discurso de acadêmicas, da qual obteve respostas principalmente defensivas. De um lado, um grupo menos reflexivo sobre si mesmo, que respondia negando a divisão entre universidade e ativismo ou afirmando que as perguntas feitas eram um questionamento moral às suas escolhas pessoais – dando a entender que essas deveriam distanciar-se do crivo sociológico. De outro, um grupo mais reflexivo sobre si, julgava que deveríamos “borrar as fronteiras” entre as duas configurações de relações sociais citadas e “ir além das dicotomias”⁸ – como entre a universidade e os movimentos sociais. Nessa posição estão acadêmicas que veem sua atividade profissional como inerentemente política, ora superestimando sua influência política sobre estudantes, ora pela entrada na academia de pessoas que participaram de Maio de 68, trazendo perspectivas marxistas e feministas às universidades (COX. 2015. P. 35-37). Deles brotaram opiniões contraditórias entre algumas intelectuais que julgam a si como radicais que lutam preferem uma reforma gradual ou de um professorado “radical” que atua cotidianamente como um gestor neoliberal engajado ativamente contra a organização no local de trabalho. Dessa forma, segundo o autor, reproduzem uma

No Brasil, uma literatura semelhante se desenvolveu na análise do Estado e sua interação com movimentos sociais, de forma mais ampla e nas lutas que tocam, não exatamente sobre a universidade. Entretanto, são discursos acadêmicos análogos. Isto será retomado no dilema sobre a expropriação do trabalho universitário que uma teoria e uma pesquisa relevante implicam.

opinião política comum ao neoliberalismo, isto é, que dissocia a opinião da prática coletiva – isolando-se na atomização. A exceção das respostas estava nas abordagens reflexivas e críticas reconhecem que uma publicação na melhor revista acadêmica fruto da pesquisa de mais alta qualidade não é capaz de alterar o status quo (COX. 2015. P. 35-37).

Usando um eufemismo, cada intelectual acadêmico realiza uma negociação entre essas duas configurações de relações sociais contraditórias. Sob tais cenários de respostas, Cox coloca sua questão central: sob que circunstâncias cada uma das lógicas – a da universidade ou dos movimentos – predomina? Assim, apresenta alguns princípios de maior presença da lógica dos movimentos experienciados pelo autor.

Em primeiro lugar, Cox respondia, aos professores que o interpelavam incomodados com a segundarização da literatura especializada em suas pesquisas, que valorizava as próprias autoras militantes que produziram sobre suas lutas e tentava trazê-las à discussão acadêmica. Ou seja, *não pressupõe uma superioridade do conhecimento universitário*, colocando o conhecimento militante em patamar semelhante (Ibid. 2015. P. 39-40).

Em segundo lugar, a já mencionada *Pesquisa Ação-Participativa (PAP)* trata-se de um princípio metodológico que consiste em um processo de pesquisa que envolva toda a discussão e reflexão dentro de movimentos sociais traduzidos em termos acadêmicos (Ibid. 2015. P. 40-41). Esta prática de pesquisa não foi formalizada pelo autor, atuando mais como uma prática cotidiana intuitiva de ativistas acadêmicos. Entretanto, o desconforto de algumas militantes com a sugestão, feita pelo próprio Cox durante seu período de orientador de um curso, de que “aplicassem” identicamente a PAP mostra que este método precisa ser balizado por um outro princípio – “aprender com a luta de cada um” (Ibid. 2015. P. 40-41;43).

Este terceiro princípio, de “*aprender com a luta de cada um*” foi central na organização nos “Encontros de Base” ou “Grassroots Gatherings”. Evento realizado na Irlanda no começo dos anos 2000, visava reunir movimentos de base e possibilitar a troca de experiências entre eles. Cox não menciona diretamente isto, mas assume-se, epistemologica e ontologicamente⁹, que cada militante e cada luta dispõe de um

conhecimento apenas parcial da realidade, ligado às suas experiências práticas. Logo, aprender com a luta do outro implica em tentar conectar os conhecimentos parciais forjados em cada luta para aspirar ao conhecimento do todo (Ibid. 2015. P. 41-42). Numa semelhança indireta com a concepção de teoria de Bevington e Dixon (2005), que consiste na aplicação potencial da teoria para explicar e encaixar-se a uma variedade de contextos, entende, portanto, a importância de aprender a partir de lutas distintas e que, cada uma, tem algo a nos ensinar.

Com isso pressuposto, no encontro relatado por Cox fizeram duas escolhas organizativas para que esse fosse o público majoritário: I) priorizar a participação de pessoas já organizadas socialmente, não pessoas de grande status (“High-profile”); II) Focar em assuntos de ordem prática e em habilidades de ação, não em posições morais ou teóricas. Essas escolhas foram efetivas – três quartos das presentes eram organizadas na militância – e incluíram acadêmicas, que participaram, entretanto, enquanto ativistas (COX. 2015. P. 41-42). Assim sendo, as escolhas nos “Encontros de Base” criaram um desenho organizativo no qual predomina a configuração de relações sociais típica de movimentos sociais.

À essas escolhas sobre como organizar um evento, atividade ou instituição ele chama de “políticas de distribuição” (Tradução própria), referindo-se à distribuição de poder e de pessoas. Num curso de pós-graduação criado por e para ativistas, notou-se a diferença no processo de seleção das pessoas frente a setores mais tradicionais da universidade. Ao passo que na normalidade acadêmica estudantes são vistos como uma massa indiferenciada a ser recrutada e deve prezar pela sorte em encontrar um programa universitário que se pesquisa os problemas que coloca, nesse simplesmente identificavam quem tinha um interesse potencial neste curso e se aproximavam deles e delas como iguais para propor que participassem (Ibid. 2015. P. 45). As políticas de distribuição salientam debates sobre para quem queremos falar, onde está esse público e como

De acordo com o que foi dito anteriormente na introdução, falar de epistemologia é falar sobre como um conhecimento e as questões sobre ele são validadas. Quando menciona-se ontologia quer se falar do “ser”, isto é, do que se entende por realidade e do que a define. Neste caso, dá a entender que há apenas uma realidade única inalcançável como um todo, da qual sozinhas só somos capazes de olhar partes delas. Outras ontologias são possíveis. Na antropologia, o chamado “giro ontológico” aponta para estes casos. Por exemplo, no “perspectivismo ameríndio” (CASTRO. 1996) – de povos indígenas –, existem múltiplas realidades ou realidades instáveis, que se alternam a todo momento, a partir dos pontos de vista dos múltiplos seres humanos e não-humanos.

apresentar isso de um jeito e linguagens inteligíveis. Aqui, dispõem-se políticas que sejam responsivas às suas origens movimentalistas (Ibid. 2015. P. 45-46).

Um desenho organizativo e uma política de distribuição tal como a deste curso também esteve presente na revista acadêmica “Interface”, criada pelo autor junto outras ativistas em 2007 (Ibid. 2015. P. 47). Organizada sob o princípio do “aprender com a luta de cada um”, é uma revista com a dupla presença de ativistas e acadêmicos, tem temas e públicos relacionadas a movimentos específicos ou que atravessam a vários movimentos. Orientada por tal princípio, a propriedade dos meios de produção intelectual da revista não é de uma organização específica ou de uma tradição político-ideológico, menos ainda das acadêmicas: ela é do movimento como um todo, com toda a pluralidade existente no movimento de justiça global, ao qual o autor é ligado (Ibid. 2015. P. 47-48).

Interessa destacar algo presente tanto na propriedade coletiva da revista, quanto num desenho de curso de pós-graduação menos elitizado adequado à participação de ativistas – portanto, que não desconsideram a experiência vivida através da prática política em movimentos na produção de conhecimento: o fato de que são escolhas que se assemelham à organização dos movimentos e à um projeto de sociedade futura mais livre e igualitária. Trata-se da pré-figuração, ou seja, quando a ação presente é, ao mesmo tempo, uma imagem prévia do que se espera da sociedade futura. Quando Cox fala em “políticas de distribuição” ele traz à pesquisa algo geralmente associado às discussões sobre movimentos sociais. Em outros termos, para que a academia seja relevante ele propõe que as práticas de pesquisa se orientem pelas práticas existentes nos movimentos – respeito mútuo, conhecimento parcial¹⁰ da realidade, por exemplo (Ibid. 2015. P. 42). Estas últimas são profundamente prefigurativas. Isto será retomado na síntese deste capítulo com maior profundidade.

Todas essas experiências relatadas pelo autor, bem como os princípios de uma pesquisa relevante sobre movimentos sociais – da *Pesquisa Ação Participativa (PAP)*, das *políticas de distribuição prefigurativas*, do *aprendizado com a luta de cada um* – estão inseridas numa tensão entre as duas configurações de relações sociais, entre as duas

¹⁰ Nisso há uma diferença frente a Bevington e Dixon (2005). Existe uma diferença entre enfatizar a necessidade de adaptabilidade aos contextos locais e a posição de Cox (2015) estar ciente de que o conhecimento, mesmo o acadêmico, é necessariamente parcial e localizado em dada esfera da realidade. A primeira corre o risco de simplesmente transpor um conhecimento à outras realidades, desconsiderando suas especificidades.

lógicas citadas. Pesquisadoras acadêmicas que investigam o ativismo de uma forma crítica – a “Teorização Ativista” nos termos que o autor busca de Gramsci –, que buscam produzir um conhecimento útil a transformação social estão na ambiguidade de atuarem “dentro do Estado [na universidade] e contra ele [através das lutas]” (Ibid. 2015. P. 45). De um lado, a lógica da academia que segue a mesma do Estado – almejando dominar as pessoas e suprimir o conflito. De outro, a dos movimentos – que visariam libertar as pessoas e instigar o conflito.

Embora Cox não chegue a esmiuçar cada lógica, seus pressupostos se assemelham a parte da literatura brasileira sobre movimentos sociais, a qual valorizou a autonomia – enquanto distanciamento do Estado – e criticou a institucionalização dos movimentos – lida como aproximação do Estado. A principal referência desse pensamento foi o livro “Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas, lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80” de Eder Sader (2001). Outra dicotomia, esta demarcada por Habermas e que se alinhou a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que ajuda a entender é a que coloca o Estado e o mercado capitalista ao lado do sistema – portanto da dominação das pessoas – e a sociedade civil, da qual os movimentos fazem parte, ao lado do mundo da vida – logo da libertação, de forma que se corre um risco com a colonização dos primeiros sobre a segunda (ABERS; VON BULLOW. 2011. P. 55-59). Nessa visão, os movimentos são “desafiantes” do Estado e devem manter-se afastados dele. Caso contrário, eles seriam desmobilizados por este, se tornando incapazes de alcançar políticas públicas¹¹, de criar relações sociais mais livres através das instituições criadas pelos próprios movimentos e causar uma revolução.

Essa contradição entre as duas lógicas se expressa em diferentes circunstâncias e contextos. No curso de mestrado para ativista que organizou, a inserção das estudantes nessas duas configurações de relações sociais – a academia e o movimento – foi muito custosa para algumas. Ainda que ninguém tenha abandonado sua organização, nem se tornado um “nativo”, totalmente adaptado à academia, havia a depressão causada pela tensão constante entre as duas configurações que fazem algumas desistirem da academia.

Em outras situações passam por uma pressão constante para que a pessoa deixe de ser uma “ativista pensante” e se transforme em “acadêmica radical”, retirando a prática de prioridade. Portanto, não é possível ignorar essas contradições e tensões entre Estado e movimento social que existe também dentro da academia. Entendê-las e ter em mente essa dicotomia seria condição para uma ação efetiva dentro dela (COX. 2015. P. 43). Isto, bem como sua relação com a literatura brasileira de movimentos sociais que tendeu a borrar as fronteiras e formular um Estado heterogêneo, será melhor discutido no dilema da expropriação do trabalho universitário.

Como será visto na pesquisa militante, a escolha de aproximação ao movimento e à prática através do *engajamento*, da *relação profunda*, da *colaboração*, da *Pesquisa Ação Participativa*, do princípio do *aprendizado com a luta de cada um* ou da *conexão crítica* – vistos nos casos acima – para atingir a objetividade assume uma faceta epistemológica: ela valida as questões e as conclusões, estando presente em todo processo de produção do conhecimento. O modo de validação da criação do conhecimento é definidor da epistemologia, segundo Collins (2002).

Por fim, a TRMS não inventa a roda. Diferentemente de outras escolas acadêmicas de movimentos sociais, esta não pretende edificar-se sob a deslegitimação de tudo o que veio anteriormente e, por isso, busca exemplos passados de teoria e pesquisa relevante (BEVINGTON; DIXON 2005. P. 201-203). Assim, vão dos primórdios com a referência de Flacks ao Manifesto do Partido Comunista e Tarrow a Lenin e Gramsci – redefinindo os cânones de movimentos sociais –, passando pelos anos 60 e 70 com a atividade política de pesquisadoras de movimentos – donde veio a “Tiranias das Organizações Sem Estrutura” de Joo Freeman e “Movimento de pessoas pobres” de Piven e Cloward –, pelos anos 80 e 90, a despeito de uma separação entre acadêmicos e ativistas, final dos anos 90 e 2000 com metodologias que ligavam a pesquisa ao ativismo. Todas essas épocas tiveram exemplos de teoria e pesquisa relevante sobre movimentos sociais, a qual foi produzida predominantemente à margem das escolas dominantes e, possivelmente, mantida assim pela inexistência duma identidade comum entre todas essas produções (BEVINGTON; DIXON. 2005. P. 201-203).

No Brasil, especificamente na área de Ciência Política, o marco teórico da Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais foi utilizado no trabalho de Francisco Mata

Machado Tavares e Ellen Veloso (2016) sobre o legado tático das ocupações de escola contra a implementação da terceirização e a militarização da gestão escolar em Goiânia. Para isso, põem em diálogo a teoria crítica, com a noção de “auto-esclarecimento” que defende o engajamento direto das (os) cientistas inseridas (os) nas relações sociais do mundo, à TRMS, que defende a “teorização ativista” mencionada, no lugar de uma teorização contemplativa. Tendo participado de vários espaços, notadamente na assessoria jurídica popular ao movimento, os autores pretendem ir além da percepção existente entre as próprias militantes – mas sendo uma delas (os) – e contribuir às mobilizações urbanas de esquerda que virão. Criticam a forte crença no instrumento jurídico para a luta, que teria considerado apenas o caráter progressista do direito e não seu lado dominador, e apontam para a oportunidade política perdida durante a ocupação da secretaria de educação local, na qual poderiam ter optado por criar uma territorialidade livre¹² no estacionamento, não lá dentro.

Entramos, então, no segundo marco teórico que auxilia a pensar uma Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais: **a pesquisa militante**. Ela está situada histórica e socialmente na crítica científica latino-americana. Vendo-a como uma forma humana de se apropriar e organizar a realidade, ressalta a relação da ciência com a estrutura de propriedade de cada sociedade, a ciência pré-colombiana à serviço do bem-viver, a afinidade da ciência com a dominação durante o colonialismo moderno, o período das independências nacionais, o papel do racismo e do caráter agrário na América Latina, as ditaduras da segunda metade do século XX e as redemocratizações (JAUMONT; VARELLA. 2016. P. 416-429).

A pesquisa militante diz respeito a uma miríade de práticas de pesquisa e produção de conhecimento científica-acadêmica criadas na América Latina que tem compromisso com a transformação social rumo a uma sociedade mais igualitária e pretende dar protagonismo às organizações populares, aliando teoria-crítica e prática. São exemplos disso a extensão popular, a “Universidade Militante”, a educação popular, o

12

O autor e a autora referem-se diretamente aos casos recentes de resistência global que organizaram ocupações e acampamentos em praças públicas, que se tornavam centros de mobilização e funcionavam através de democracia direta e com relações solidárias entre as pessoas presentes. Se colocavam como uma imagem prévia do mundo futuro. São os casos do Occupy Wallstreet, da Praça Tahrir no Egito, 15-M na Espanha e praça Taksim na Turquia.

Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), as experiências Zapatistas no sul do México, a metodologia ética de Investigação Ação Participativa (IAP) de Fals Borda, a *inserção* feita pela *La Rosca* na Colômbia, dentre várias outras experiências semelhantes (JAUMONT; VARELLA. 2016. P. 431-433). Estas duas últimas receberão uma atenção maior neste trabalho. Essas práticas podem ser realizadas tanto por cientistas não organizados mas próximos aos movimentos sociais, quanto por intelectuais próprios aos grupos populares. Apesar da ampla variação entre um caso e outro, todos têm alguns aspectos em comum. Assim, Jaumont e Varella (2016) destacam algumas características principais dessas práticas.

Em primeiro lugar, discorrem sobre um **entrelaçamento entre teoria e prática** que cria um ciclo entre ambas, funcionando como uma dialética na qual a primeira provê efetividade à segunda e a segunda um maior entendimento da realidade à primeira. Não à toa, destacam a busca de Fals Borda em Marx e Mao Tse Tung para pontuar quatro complementariedades: intercâmbio de conceitos e fatos; constatação do que se quer conceitualizar a partir da ação a nível da base; refletir sobre essa ação para produzir conceitos mais precisos; voltar ao começo do ciclo. Nesse sentido, as técnicas de investigação participante – de observação participante – são insuficientes e deve-se ir além, incorporando a ação que lhes falta. Segundo Fals Borda, a ação permite a aquisição de uma percepção e informação mais fiel e multidimensional sobre a realidade, devido a inserção no processo social e seu envolvimento com os resultados, algo negado a pesquisadoras tradicionais. Paulo Freire, por sua vez, apresentou a necessidade de uma reflexão crítica que crie um ciclo entre a pesquisa com ação pedagógica e a educação com investigação do pensar, de forma a considerar as experiências cotidianas das pessoas oprimidas. Na Colômbia, a experiência do *La Rosca* trouxe a ação a partir do conceito de inserção – que combina técnicas investigativas usuais aos valores dos grupos que querem a transformação – possibilitando à pesquisadora¹³ uma análise dinâmica e coletiva da realidade que pode confirmar ou rechaçar os seus conceitos. Dessa forma, a inserção está

A inserção pode e é também realizada por intelectuais internos aos grupos populares. Ação pode e deve ser pensada não só fora da universidade, naquilo que é “estudável” pelas pesquisadoras. Mas dentro da própria universidade existe ação e prática de luta que deve ser tocada e que não se prende à ineficaz luta entre textos ou pela gestão universitária, respectivamente, nem pelo capital científico, nem pelo capital institucional. Está se falando aqui de ação direta dentro da universidade por aquelas que fazem parte dela.

dentro de um processo de transformação social e é, ela própria, um processo que exige uma posição ativa e curiosa da pesquisadora. A metodologia de sistematização, por fim, de experiências traz aquelas pessoas que participam na ação e transformação para organizar as experiências da prática individual e coletivamente, sendo uma etapa prévia à elaboração conceitual (Ibid. 2016. P. 435-438).

Descrevendo mais afundo o caso da *Rosca de Investigación y Acción Social*, o sociólogo colombiano Fals Borda (2016) aponta a inserção como um método de estudo-ação, ou seja, que liga a teoria e a prática. Surgida nos anos 1970 por economistas, antropólogos e sociólogos, era uma fundação sem fins lucrativos que buscava fomentar uma ciência social que pusesse em prática seus ideais de maneira comprometida com o aumento “da eficácia da luta por justiça e autonomia na Colômbia”, se envolvendo com as lutas sociais vigentes, contra o imperialismo e a dominação oligárquica-tradicional da região, tendo sido utilizada sobretudo com camponeses do país. Ela era pensada no começo contra uma visão descompromissada e meramente curiosa de pesquisa, segundo o autor, típica da pequena-burguesia intelectual. Partindo dos métodos de observação participante para ir além de seu limite, a “inserção” ou “observação por inserção” se inspira na “observação militante” e se diferencia por uma interiorização dos valores de onde se está estudando – as coletividades ou movimentos – visando uma ação futura através de um processo em que as organizações de base participem das decisões da pesquisa (FALS BORDA. 2016. P.773-778).

A militância era central neste tipo de inserção e indica ao círculo de teoria e prática. O processo de pesquisa organiza-se em seus momentos de modo a culminar no objetivo das causas populares, passando pela identificação de grupos-chave de base, de contradições vivenciadas por eles e elas localmente e decisão junto aos grupos sobre a investigação e a ação. Esta prática de inserção não assume, contudo, o papel de substituto da própria organização de base, esperando gerar conflitos dentro dela pois detém o conhecimento verdadeiro (Ibid. 2016. P. 772). Trata-se de uma tarefa prática de incentivadora da investigação por parte da organização de base e de sua respectiva ação, a exemplo da técnica de recuperação de elementos de resistência às formas de dominação já existentes na própria comunidade participante. Do ponto de vista da teoria social, a busca pelas contradições e o incentivo a ação situa a inserção no âmbito da teoria do

conflito social e da “Ciência da Revolução” do marxismo-leninismo¹⁴. Por fim, seu “pé” na prática está no próprio nome da organização: Rosca significa tanto uma noção de igualdade entre as pessoas, quanto de um círculo, de prática e teoria (Ibid. 2016. P. 772; 776-777;781;785).

Todos esses exemplos colocam a ação militante em destaque e presente em todo o processo, da produção e validação do conhecimento até seus resultados e intervenções na realidade. Assim, Jaumont e Varella (2016) chamam atenção para a oposição ao contato com a prática restrito a “devolução” do conhecimento lapidado em linguagem inacessível. A aproximação da pesquisa e da teoria com a prática é, em vista disso, contínua e sistemática, criando um diálogo criador e um aprendizado mútuo entre pesquisadora e sujeito-objeto da pesquisa, como coloca Rodolfo Stavenhagen (JAUMONT; VARELLA. 2016. P. 438).

O vínculo da pesquisa militante com a prática e o intento de contribuir ativa e efetivamente para a transformação social provê maior radicalidade ao texto. Sem ele, além de não colaborar eficazmente para as mudanças de que fala, se tornando palavras ao vento ao não buscar fazer delas realidade, pode levar a uma eficácia invertida, ou seja, de agir em favor do status quo. Nesses casos, o trabalho teórico-crítico radical pode legitimar o sistema universitário, pois estará expressando uma pluralidade de posições aceitáveis, quando elas são palavras ao vento. A noção muita repetida de Marx (2010[1843]. P. 151-152) consistia em articular a “crítica das armas” - a prática política – às “armas da crítica” - a teoria crítica –, sendo a ausência de uma ou outra relega ambas à impotência política de tentar efetivar seus objetivos políticos na realidade concreta. Uma sem a outra perderia radicalidade.

Em segundo lugar, as autoras identificam a **superação da separação entre sujeito e objeto de pesquisa**, criando relações mais horizontais em todo o processo de pesquisa em que os movimentos e coletividades deixem de ser apenas objetos de estudo para serem sujeitos, democratizando a pesquisa¹⁵. Opondo-se a extensão universitária de

14

Marxismo-leninismo foi a atualização da teoria de Karl Marx produzida pelo revolucionário russo Vladimir Lênin, que deu contribuições principalmente voltadas à teoria da organização política da classe trabalhadora para a realização de uma revolução socialista. Com o tempo, transformou-se num dogma e quase sinônimo de ortodoxia marxista, pouco aberta à mudanças e revisões.

15

agrônomos que apenas transferem o conhecimento científico aos camponeses, Paulo Freire julga que a posição dialógica da cientista, em que há um empenho em transformar a realidade e um abandono à sua posição auto-suficiente, caminha rumo à democratização viabilizando que ambos tornem-se sujeitos e conheçam a realidade juntos. Em Fals Borda, a participação autêntica, que está enraizada nas tradições culturais e experiência dos povos, cumpre o papel de atacar a relação de dependência e submissão entre sujeito e objeto, ou seja, a dominação (Ibid. 2016. P. 439-440). Há aqui um segundo sentido da “participação” ou da “ação”: *das coletividades na pesquisa, não só da pesquisadora na ação*.

A separação entre sujeito e objeto de pesquisa – e em menor grau entre teoria e prática – está inserida num contexto mais amplo de divisão do trabalho manual e intelectual das sociedades modernas. Em decorrência disso, esse aspecto integra os mecanismos de opressão de classe, raça e gênero, despejando os grupos subalternos à condição de objeto e elevando os dominantes à de sujeito da pesquisa. Assim sendo, a classe trabalhadora realiza o trabalho manual dos mais diversos, enquanto o empresariado, as gestoras das empresas e do Estado encarregam-se de pensar sobre o que será produzido e como a produção deverá ser organizada, reafirmando a alienação daquele frente ao fim de seu trabalho e pondo a função diretiva da produção nas mãos desses últimos (TRAGTENBERG. 2012[1979]. P. 46;54;57;66; MARX. 2012. P. 33). No tocante ao gênero, as mulheres são alocadas pela divisão sexual do trabalho às tarefas mais relacionadas ao cuidado, ao âmbito doméstico ou o trabalho reprodutivo – principalmente quando de rendas mais baixas –, mas raramente à deliberação final destes ambientes e até mesmo sobre seus próprios corpos – como exemplifica a criminalização do aborto (SORJ. 2013; HIRATA. 2014). Após o fim da escravidão, a divisão racial do trabalho causada pelo colonialismo na América Latina gerou uma ordem social que inferiorizou homens negros, criando empecilhos a eles para a entrada no mercado competitivo (BERNADINO-COSTA. 2015. P. 149-151) e aprisionou as mulheres negras

Ainda que não mencione desta forma, o que está colocando é uma crítica à dominação que a pesquisa exerce ao objetificar os e as sujeitos que serão estudados. A superação da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa pretende, portanto, superar também a relação de dominação. A dimensão prefigurativa também aparece, portanto, na qual todas as organizações da sociedade devem assemelhar-se a imagem prévia da sociedade futura.

na condição de empregadas domésticas e prostitutas dentro do imaginário da classe média alta e branca (COROSSACZ. 2014. P. 521-522).

Ainda que as atividades associadas os grupos subalternos envolvam também trabalho intelectual, são trabalhos nos quais predominam a dimensão manual. Nessa condição, da luta teórica estão excluídas as pessoas que não estão nas funções intelectuais¹⁶ da sociedade. São justamente essas funções que produzem o saber acadêmico-científico-técnico geralmente utilizado pelos instrumentos de dominação como seu discurso oficial. Ainda que esses grupos estivessem nessas funções, a cada novo grupo subalternizado, a separação entre sujeito de pesquisa e objeto pesquisado nas ciências sociais repaginaria as relações de dominação, institucionalizando a desigualdade entre aquelas que podem falar por si e as que não podem, entre quem exerce poder de fazer algo e quem exerce poder-fazer (HOLLOWAY. 2003. P. 48-63) – a capacidade de mandar nesse algo sendo feito.

Embora no restante da sociedade a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual permaneça intacta, a tentativa de não replicá-la pela separação entre sujeito e objeto no processo de pesquisa consiste em levar à cabo a luta contra as formas de dominação já, de imediato, durante a própria investigação científica. Tal como no caso do desenho das “Políticas de Distribuição” da Teoria Relevante sobre movimentos sociais, a dimensão *prefigurativa* das práticas de pesquisa e produção teórica focos deste trabalho aparece novamente, agora dentro da pesquisa militante. Aqui, a pesquisa soa como uma imagem prévia sobre a maneira pela qual a sociedade deveria funcionar.

Todavia, ao contrariar a separação entre sujeito e objeto e valer-se da participação autêntica ou da relação dialógica coloca a pesquisadora numa posição de contradição, de dialética e, conseqüentemente, de tensão criativa entre uma racionalidade cartesiana e acadêmica – comum à universidade – e uma experiencial e prática – comum aos movimentos sociais (JAUMONT; VARELLA. 2016. P. 440-441). Essa dialética e essa contradição deriva, de maneira bastante similar, do conflito entre a lógica do Estado e a dos movimentos sociais, como supracitado quando falou-se da Teoria Relevante sobre

Segundo Gramsci (1985. P.6-11), todos os seres humanos e todas as atividades humanas são intelectuais, pois envolvem. Entretanto, nem todos exercem a função de intelectual – atribuída a garantir o consenso ativo das massas e/ou de operar a coerção estatal legalmente – e a caracterização dessas atividades como tal exige um peso maior intelectual, não “muscular-nervoso”.

movimentos sociais. É a mesma contradição de agir “dentro e contra o Estado” (COX. 2015. P. 45)

A socialização científica que faz a nós, pesquisadoras militantes, aprender o instrumental técnico, teórico e metodológico nos coloca de imediato nesse local contraditório do qual não é possível, nem necessário, se anular numa falsa fusão à comunidade que presume igualdade real, não a construção de uma horizontalidade – que reconhece a diversidade e tenta trabalhá-la, como pontuado pelo Instituto de Ação Cultural (IDAC) no Brasil (JAUMONT; VARELLA. 2016. P. 440-441). A exemplo do Pólo de Extensão Popular do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, que tenta pensar reflexões individuais, coletivas e comunitárias, o dilema é organizar uma divisão do trabalho que reconhece a especificidade da cientista sem, com isso, separar teoria e ação e fortalecer a divisão entre trabalho intelectual e manual. Assim, a própria teoria torna-se um componente dinâmico (Ibid. 2016. P. 440-441).

Em suma, anseia-se o fim da separação entre objeto e sujeito de pesquisa através da horizontalidade, da posição dialógica e da participação autêntica para a construção conjunta como forma de alcançar a socialização da produção de conhecimentos (Ibid. 2016. P. 442). Esse ponto da socialização da produção e da horizontalidade na relação entre cientistas e coletividades serão retomados, respectivamente, na conclusão deste capítulo e no capítulo seguinte.

Se a Teoria Relevante de Movimentos Sociais traz tanto a definição de teoria enquanto conhecimento refletido passível de ser utilizado e adaptado a diversos contextos, logo como algo dinâmico, e quanto o princípio do “aprendizado com a luta da outra”, a pesquisa militante busca algo similar. Aqui, em terceiro lugar, Jaumont e Varella indicam o **enquadramento social e histórico**, que conecta a prática concreta à formação sócio-econômica mais ampla, os acontecimentos locais e concretos – as parcialidades, segundo Freire – à totalidade da realidade, retirando as aparências entre esses dois polos. Consequentemente, de acordo com Stavenhagen e seguido pelo La Rosca, a pesquisa militante não deve limitar-se a investigações sobre os próprios movimentos, mas abranger também sobre as classes dominantes e o capitalismo. A realidade é, então, tida como dinâmica, não estanque, variando conforme sua inserção histórico-social. Há, ainda, a

ressalva do IDAC: isso deve ser feito sem servir à mera imposição unilateral de conhecimento e, sim, a partir de uma postura dialógica e curiosa (Ibid. 2016. P. 442-444).

O método de Investigação-Ação-Participativa (IAP), resumido por Fals Borda (s/d. P. 7-8;11-13) como um meio de pesquisa qualitativa destinada a ação e reflexão, em seu complexo planejamento de pesquisa com as comunidades envolve momentos nos quais os problemas identificados coletivamente numa primeira fase são conectados às suas causas em vários níveis de análise. Para isso, na fase de recolhimento de informações, elas se conectam também aos fatores do nível “macro-sistêmico” ou os aspectos “macro-estruturais”, permitindo esse elo com a totalidade da realidade. No caso da *Inserção* de tipo “*incentivo ou agitação tática*” parte-se dos problemas e das formas de resistência vivenciadas na história de comunidade e, junto às observadoras militantes das próprias comunidades, busca-se reativá-las para incentivar sua consciência política dos atuais problemas (FALS BORDA. 2016. P.779-780). Além disso, ao serem colocadas a racionalidade cartesiana-acadêmica do Estado e a experiencial-prática das comunidades em dialética criativa, isto permite uma síntese entre ambas que gera uma compreensão mais próxima da totalidade (Ibid. 2012. P. 391-392). Da mesma maneira a formulação da Pesquisa Participante de Carlos Henrique Brandão e Maristela Correa Borges (2007. P. 55-57) no Brasil compreende a necessidade de, nessa proposta de investigação diretamente ligada aos movimentos populares, partir-se dos problemas e cotidianos locais à uma dimensão total da realidade. Para as autoras, a pesquisa nestes moldes deveria estar ciente de que fala de um lugar específico e parcial para outros lugares específicos e parciais, de modo que a integração destas parcialidades dos saberes – inclusive o científico – vai conformando a totalidade.

Em quarto lugar, as autoras falam sobre o **fim do colinialismo intelectual e da dependência acadêmica**, entendidos, respectivamente, como aplicação mecânica e universal de países centrais aos países dependentes – segundo Fals Borda –, e de uma desigualdade na produção e circulação de conhecimentos que coloca as instituições científicas centrais como referências legitimadoras e validadoras nas periféricas. A pesquisa militante ataca, portanto, a recepção passiva dessas teorias – seja feita pelo campo conservador ou de esquerda –, vinculando-se aos movimentos sociais e

coletividades para criar uma soma de saberes mais horizontal e respeitosa, inclusive daqueles feitos em locais menos valorizados como Ásia e África (Ibid. 2016. P. 444-446).

Em quinto lugar, escrevem sobre **o compromisso com os valores populares, com os setores populares, com a transformação social e com o povo oprimido**. Assim, conforme Jaumont e Varella (2016), se em Paulo Freire isto aparece como um ato amoroso de estar comprometido com a causa, em Fals Borda há o compromisso com a ação, definido pela renúncia a posição de mero expectador e a inserção na prática transformadora. A inserção da própria ciência, logo das pesquisadoras, dentro das relações sociais do mundo, condicionando-o e sendo condicionado por ele, torna imperativo esse compromisso: ciente e localizado dentro das contradições da sociedade, precisa superar a exploração e dominação existentes. Por esse motivo, as pesquisadoras do IDAC trazem a necessidade de uma outra objetividade que, no lugar de ser imparcial e distante, signifique ter consciência dos condicionamentos e das desigualdades da realidade e agir para superá-las. Este tipo de objetividade, que inclui mesmo um envolvimento emocional, facilita a identificação de temas de pesquisa e a construção de investigações conjuntas aos movimentos sociais e coletividades que sejam um diálogo crítico entre as duas lógicas – dos movimentos e do Estado – e possibilite tensões criativas – não uma simples cópia das reflexões existentes do movimento (Ibid. 2016. P. 446-448).

Este tipo de objetividade diverge da noção clássica cunhada para a ciência social por Max Weber. Nele, ser objetivo define-se pela capacidade de atribuir significado, sentido culturalmente compartilhado entre a sociedade aos fenômenos vistos. Assim sendo, os juízos de valor da cientista devem servir para conferir tal significado e para localizá-la. Inclusive será utilizada na procura de quais os meios são mais eficazes em causar os objetivos vislumbrados por cada juízo de valor. Entretanto, o debate sobre quais juízos de valor, o debate sobre qual valor axiológico adotar não deve ter espaço no meio científico. Isto a que veio se chamar de neutralidade axiológica. De acordo com o autor, a controvérsia dos valores é da alçada da política, esfera que requeriria a tomada de posição (WEBER. 1973). A objetividade da pesquisa militante se assemelha mais com aquela definida por Gramsci (1976. P. 41-43), segundo a qual a “cientista da política” se funde à “político[a] prático[a]”, fazendo do objetivo de análise da realidade uma tentativa de

pensar sobre a capacidade de realizá-lo concretamente. Logo, a ciência social assumir compromisso com a transformação social implica numa investigação para fazê-la real. Na pesquisa militante ciência e política guardam uma ligação umbilical e ser objetivo é a capacidade de torná-lo concreto ou capaz de vir a sê-lo. As consequências disso serão melhor exploradas no capítulo seguinte.

Em sexto lugar, apontam **a criatividade nos usos e formatos de métodos e técnicas de pesquisa**. Partindo do pressuposto de que cada método e técnica específico se inserem em uma localidade específica e que são reiventadas sob outras circunstâncias, sugerem um duplo movimento metodológico. Por um lado indicam o uso das técnicas de pesquisa convencional adaptados à metodologia militante e, por outro, a aplicação dos instrumentos alternativos de pesquisa, geralmente mais coletivos e dialógicos. Neste segundo temos tanto as técnicas de IAP, como sintetizada por Fals Borda, quanto as técnicas participativas de Osca Jara ou mesmo as experiências brasileiras e da extensão uruguaia com comissões mistas que socializam os meios de pesquisa entre comunidade e pesquisadoras. Para isso, elas precisam integrar um processo planejado de produção de conhecimento de maneira cumulativa e dialógica que contribua à transformação social, mas passível de flexibilidade às adaptações locais. A experiência extensionista da ALFORJA serve de exemplo ao estabelecer um objetivo geral, um eixo temático e, ao final, temas, objetivos e técnicas particulares. Mas para que o duplo movimento metodológico seja realizado, portanto, que o instrumental técnico tradicional seja socializado e o alternativo utilizado efetivamente, os acúmulos científicos precisam ser compartilhados de maneira acessível, com uma linguagem que as coletividades entendam, ou seja, pontes de linguagem (Ibid. 2016. P. 448-453). Este dilema linguístico voltará ao debate no próximo capítulo.

De tudo o que foi dito, Jaumont e Varella (2016) destacam alguns desafios para a pesquisa militante são colocados: “recuperação e valorização das contribuições femininas, negras e originárias” e classistas próprias da localidade em que vivemos, a América Latina, ligando à característica de crítica à dependência colonial e do enquadramento social e histórico; “construção de espaços perenes de encontros e convergências entre as experiências, intelectuais, pesquisadoras e setores populares”; “difusão e apropriação dos avanços teórico-metodológicos da pesquisa militante e das

profícuas experiências latino-americanas nesse campo”; “atuação por uma universidade a serviço da transformação social”; fortalecer espaços autônomos e não-formais de produção e circulação de conhecimentos gerenciados por movimentos sociais e organizações políticas”; “construir experiências ancoradas no protagonismo popular”; “desvendar a complexidade do movimento atual e seus desdobramentos sobre a produção de conhecimentos” (Ibid. 2016. P. 453-456).

Brevemente mencionada acima, a Pesquisa Participante de Carlos Henrique Brandão e Maristela Corre Borges (2007) merece destaque por incluir num quadro mais amplo de prática educativa. Mais do que um simples método de inquirição científica, ela representa um momento da educação popular que põe cria uma dialética entre o conhecimento científico e o popular, gerando uma síntese de um terceiro tipo de conhecimento: o transformador. Assim sendo, para as autoras, constitui uma método de trabalho popular e pedagógico, muito semelhante a um trabalho de base típico de movimentos sociais – ponto que será retomado na síntese deste capítulo.

De maneira semelhante, o já mencionado autor colombiano Fals Borda (2012. P. 389-391) entende a IAP – muito próxima da proposta de pesquisa participante – como simultaneamente (I) um método de investigação, (II) um meio de ação política e (III) uma técnica de educação de adultos. Na interseção entre o primeiro e o último ponto, a IAP é um método de organizar a vida comunitária e de trabalho produtivo do conhecimento. De acordo com Breno Bringel e Emiliano Maldonado (2016), aqui reside o vínculo central de Fals Borda e da IAP ao marxismo. Não como um dogma replicável igualmente a todas as circunstâncias, esta forma de pensar seria um método de trabalho dialético comprometido com a mudança social, integrando uma série de sociologias da libertação com objetivo similar – das quais o sociólogo negro brasileiro Guerreiro Ramos inclusive faria parte. O segundo elemento manifesta-se através da tradução concreta do compromisso com a transformação social, que é incentivar a criação de contrapesos políticos das próprias comunidades e grupos de base com que trabalha ou, em outros termos, a criação de contrapoder e de uma forma de poder popular (FALS BORDA. 2012. P. 391). A dimensão política reflete bastante a conjuntura política vivenciada de sua época, de uma crise social, de radicalização e da possibilidade sempre iminente de uma

ruptura revolucionária dos anos sessenta, integrando, portanto, as mobilizações de sua época (BRINGEL; MALDONADO. 2016. P. 405).

Esta forma de poder – e do conhecimento vinculado a ele – efetivariam a subversão, definida pela destituição de uma forma de ordem social e instituição de outra, articulando um lado negativo e positivo no sentido filosófico (BRINGEL; MALDONADO; VARELLA. 2016). Ou seja, ela traz simultaneamente uma dimensão de crítica à sociedade vigente, de utopia – sobre como a sociedade pode vir a ser diferente –, de transição, isto é, dos problemas e incongruências enfrentados por esse novo poder e esse novo conhecimento (BRINGEL; MALDONADO. 2016. P. 409). Em suma, a IAP quer alcançar a utopia tendo os “pés no chão” sobre as restrições que realidade política impõe à ação e ao conhecimento.

Por fim, a terceira abordagem a ser explorada, a **Ciência Cidadã** de Alan Irwing (1995) constrói seus argumentos mais pautada num valor em si da ciência expandido, menos focado num compromisso com a transformação social, a militância e no engajamento direto da pesquisa militante e Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais. Destaca a especificidade do conhecimento a nível local e adquirido na especialização durante das atividades do cotidiano de cidadãs, isto é, da *expertise* cidadã em detrimento da ciência oficial, que respalda as decisões estatais e foi produzida pelas cientistas.

Irwin (1995) parte de uma comparação entre a compreensão pública de Ciência e a compreensão crítica de Ciência, distintas entre si, para mostrar um ponto comum entre elas: uma visão homogênea, unidimensional e passiva do público cidadão. De um lado, a compreensão pública – uma visão de mundo segundo a qual o desenvolvimento da ciência valoriza a humanidade e que esta mesma seria isenta de valores – julga haver uma ignorância pública sobre a ciência que deveria ser sanada com a exposição das cidadãs à boa informação provida dela. Para este entendimento, o problema central da relação entre ciência e cidadãs está nesse “déficit” de compreensão, ou seja, na aceitação social da ciência pelas cidadãs. De outro lado, a visão crítica – que vê na ciência um instrumento de propaganda ideológica para legitimação da ordem social – se faz excessivamente abstrata e estruturalista das teorias críticas, como as Habermas, não discorrendo sobre as interações reais de cidadãs com as ciências (IRWIN. 1995. P. 27-38). A reação do público padronizada pela teoria crítica seria a ilegibilidade e adaptação à tencologia. Desta

maneira, ambas colocam para escanteio o conhecimento específico produzido pela especialização nas tarefas cotidianas das cidadãs, central para uma ciência cidadã. De acordo com o autor, este ponto destaca-se pois, a partir dele, se justifica a exclusão dessas pessoas das tomadas de decisão. Sob esse argumento, a ciência oficial desconsidera vários dados técnicos-sociais que é incapaz de extrair sem as práticas de ciência cidadã (Ibid. 1995. P. 27-38;51-58).

Sua percepção acerca da disseminação da “teoria do déficit de compreensão pública da ciência” entre as ciências oficiais é reforçada através de alguns estudos de caso sobre a interação dessas com os conhecimentos específicos da cidadania (Ibid. 1995). Inicia com a menção à controvérsia entre trabalhadoras agrícolas e o uma comissão governamental reguladora em torno do risco de uso de um determinado pesticida, passando pelo litígio entre consumidoras e agências governamentais no tocante a uma doença existente entre vacas e, por fim, à implantação de uma usina química em uma comunidade e a (não-reação) da mesma. Alia esta exposição à vários outros exemplos advindos de outras pesquisas e referências, como da produtores agrícolas e radiação, de pessoas portadoras de HIV/AIDS, famílias com crianças que tem síndrome de Down, relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a participação pública dentro da ciência e as experiências de “Lojas de Ciência” nos países baixos – ou Holanda – na Europa (Ibid. 1995).

Destes casos concretos todos, Irwin faz algumas constatações. De forma geral, a *ciência oficial* – ou seja, a ciência utilizada pelos órgãos estatais, destacadamente nos casos analisados, ciências naturais ou biológicas – pretendem (I) universalizar suas conclusões, extendendo as experiências do laboratório às situações concretas. Se constitui, portanto, como uma ciência descontextualizada. Nelas, vigoram o controle rigoroso de variáveis que, por consequência, permitem a busca por uma causalidade direta dos fatores analisados, dosando a influência de fatores que não se quer observar. Para além disso, algumas dão, no máximo, usos descritivos da ciência, como no caso das médicas dando explicações às famílias sobre síndrome de Down. Sendo assim, criando uma distância da ocorrência concreta dos fenômenos, apresenta: (II) uma certeza estrutural e uma visão de complexidade deliberadamente reduzida sobre a realidade; (III);

julga a si como neutra em relação às disputas da sociedade – como a visão da compreensão pública de ciência apontou (Ibid. 1995 P. 156-157;167-169).

No outro pólo, o conhecimento baseado na *expertise cidadã* apresenta outras características. De acordo com Irwin (1995), consiste naqueles conhecimentos diretamente ligados à (I) prática e, por conseguinte, na especialização dia-a-dia nas suas respectivas atividades, num âmbito próprio das cidadãs que faz sentido a elas. Isto as retira da condição de objetos de um experimento de laboratório por parte das experimentadoras da ciência oficial. Nesta outra condição, da ciência cidadã, elas exercem um papel ativo na produção e difusão do conhecimento, abandonando a passividade típica de um objeto de outrem. Este vínculo denota uma caráter necessariamente (II) contextualizado do saber, localizado temporal, circunstancial e geograficamente. Ainda que nos vastos casos levantados pelo autor nenhum desses conhecimentos ansiasse uma aplicação universal a todas às circunstâncias, eles demonstravam um caráter necessariamente parcial e concatenado à realidade concreta. Da mesma maneira que algumas abordagens da sociologia do conhecimento, ser declaradamente parcial a faz dar um salto que atrela, na sua percepção acerca da ciência oficial, os (III) “juízos de credibilidade” aos “juízos sobre as instituições”. Contrariando, portanto, a posição de neutralidade da ciência oficial em relação aos valores, aqui a validade de uma afirmação depende da avaliação das instituições que a disse. Depreende-se disso (IV) uma certa epistemologia cidadã que valida este conhecimento a partir dos três elementos citados acima (Ibid. 1995. P. 157-163;168-172;176).

Dois casos principais são levantados pelo autor para ilustrar alguns desses elementos da ciência cidadã em controvérsia com a oficial. As trabalhadoras agrícolas criaram um “novo tipo de conhecimento” em relação às condições seguras do pesticida debatido: enquanto a comissão governamental defendia a segurança do pesticida arguindo que, sob condições ideais controladas em laboratório, não era possível verificar uma causalidade do pesticida sobre os efeitos negativos à saúde relatados; o sindicato rebateu focando, não nas condições indicadas de uso, mas nas “condições operacionais” reais do pesticida nos seus locais de trabalho. Logo, havia um conflito entre as posições de decidir sobre o risco baseado numa causação direta do pesticida em condições laboratoriais e de um equilíbrio de probabilidades reais do pesticida causar os malefícios à saúde do outro,

respectivamente. Ao passo que o modelo de decisão sobre o risco da ciência oficial se pauta numa técnica laboratorial, o modelo do sindicato indica um modelo de uma técnica cotidiana que dá mais espaço à política. Neste modelo, as trabalhadoras agrícolas criaram uma espécie de epidemiologia popular ou cidadã, a partir da epistemologia popular que criaram e que fora descrita acima (Ibid. 1995. P. 164-169).

Irwin (1995) discorreu também acerca da tensão enfrentada pelas famílias com filhas síndrome de Down no contato com as orientações médicas, assentadas nas ciências médicas. Usualmente, a esses pais e mães recebiam informações da ciência médica associadas às variações genéticas que davam um prognóstico de pouca firmeza sobre o tempo de vida da criança ou eram informados sobre as causas cromossômicas – informações técnicas e da ciência oficial – no intuito de mitigar a culpa que familiares sintam. Entretanto, o efeito gerado foi invertido pela exposição à “ciência interna” das cientistas, dado que em alguns casos sucedeu num aumento de culpa ou mesmo numa rejeição temporária da criança (Ibid. 1995. P. 177-180). Segundo o relato do caso, a família geralmente busca um conhecimento técnico que seja ao mesmo tempo emocional e social, facilitando com que lidem com as complexidades cotidianas e que valorize os conhecimentos aprendidos durante o cuidado a criança. Que considere, por exemplo, a diversidade de crianças com síndrome de Down e não a prescrição de um caso típico, generalizável, que deve receber as mesmas indicações. Anseiam por um conhecimento técnico atrelado à sua prática cotidiana (Ibid. 1995. P. 177-180).

Nestes dois casos um ponto central parece explicar a interação tensa e conflituosa que existiu entre a ciência cidadã e a ciência oficial. *Um “modo de conhecer” específico está assentado num “modo de viver” específico* (Ibid. 1995. P. 178).

Isso significa que os modos de viver do laboratório, nos quais estavam imersas cotidianamente as cientistas da comissão do governo responsável pela avaliação do pesticida, pautou o modo de conhecer utilizada por ela, que buscava uma causalidade direta e controlada. As trabalhadoras, por sua vez, estavam imersas num modo de viver da produção agrícola, onde o controle operacional da tecnologia é mais dificultoso e a condição de trabalhadora a coloca numa situação de dominação em relação à empregadora. Desse forma, seu modo de conhecer sobre a avaliação de risco do pesticida baseada na probabilidade proveio das práticas existentes em seu modo de viver. Ao passo

que as práticas experienciadas no modo de viver das ciências médicas ofereceu o modo de conhecer baseados na técnica-genética, as práticas do modo de viver do cuidado cotidiano de uma criança com síndrome de Down fez as famílias requerem um modo de conhecer mais ligado a essa prática cotidiana.

A cisão de um modo de conhecer de seu modo de viver específico para encaixá-lo a outro modo de viver enfrenta dificuldades. Em primeiro lugar, o encaixe pode soar estranho às práticas sociais que a geraram. Seria como querer que as trabalhadoras agrícolas adotassem integralmente o modo de conhecer da ciência oficial, sem as adaptações necessárias: além de não terem a prática laboratorial como referência, sequer dispõe dos recursos para usá-la da mesma maneira. Não parece ser à toa que Irwin utiliza o termo “expropriar” para descrever o processo de criação da epidemiologia popular pelas trabalhadoras (Ibid. 1995. P. 168), já que elas se apropriam do (I) conhecimento de seu cotidiano cuja decisão lhes é negada pela dominação exercida pela empregadora e (II) das técnicas e discurso científico adaptada ao seu modo de viver. Nesse processo, criam uma ciência qualitativamente distinta da oficial: a ciência cidadã.

Este limite enfrentado pelo deslocamento do modo de conhecer científico ao modo de viver cidadão – e vice-versa – integra um empecilho estrutural que é o fosso entre cidadãs e a ciência. Mesmo nos casos mais ricos, nos quais houve a criação de uma ciência cidadã real – como o das lojas de ciência, que buscavam tornar a produção científica negociável com as cidadãs e dispor seus instrumentos para seus interesses –, as cidadãs relatavam que mesmo essas não eram capazes de resolver seus problemas, pois não permitia a influência pública direta ou uma mudança significativa na política governamental (Ibid. 1995. P. 229). Os casos listados pela OCDE mostraram uma predominância de participação com os objetivos de informar quem decide a política e de facilitar a aceitação cidadã de projetos já fechados. Irwin aponta para a incompatibilidade estrutural, portanto, entre as “necessidades cidadãs e a estrutura cognitiva e institucional da ciência” (Ibid. 1995. P. 222;229).

Discorrido tudo isso, fica mais explícito o erro da “teoria do déficit”, que interpretava haver uma falta de oferta de ciência ao público e que, suprida essa lacuna, as relações entre ciência oficial e cidadã harmonizariam-se. Em nenhum destes casos foi suficiente a mera exposição pública de uma informação para isso, tal qual um problema

quantitativo de quanto mais informação científica maior a conciliação da ciência com as cidadãs. Opostamente, os casos demonstraram a necessidade de uma alteração na estrutura das instituições da ciência, uma mudança qualitativa que viabilize a inclusão dos conhecimentos feitos com *expertise cidadã*, que teriam dados não coletados pelos meios científicos tradicionais.

Para que esse objetivo seja atingido, deveria haver a participação de cidadãs nas decisões científicas que lhes tocam, como os de projetos governamentais com impacto sobre o meio ambiente que se valem da ciência oficial. Nesta perspectiva, instaura-se um *dilema da participação* pública de cidadãs: se devem participar, como devem e com quais objetivos? (Ibid. 1995. P.199). Esta questão da ligação entre o modo de viver e o modo de conhecer reaparecerá no capítulo seguinte.

A ciência cidadã converge com abordagens de Funtowicz e Ravetz (1997. P. 220-222), que buscam ampliar o público da ciência à todas as afetadas por ela e incluir a incerteza e a complexidade típicas da realidade. Criticam, portanto, o modelo laboratorial de ciência aplicado à alguns tipos de problemas, como os ambientais, saindo de uma Ciência normal, definida classicamente por Thomas Kuhn como momento no qual o paradigma estabelecido é trabalhado e reafirmado, e cujos públicos restringem-se aos cientistas. Na ciência normal laboratorial reina a certeza derivada de um controle estrito de variáveis externas e internas comuns a uma experiência feita em um laboratório. Ao olhar dessa maneira para a realidade empírica excluem a complexidade e a incerteza que a constituem, as quais são impossíveis de controlar completamente nesta seara. Ao contrário, a variação dos problemas a serem resolvidos implica em diferentes caracterizações da ciência em uso, variando conforme um eixo de incerteza e um do nível da decisão envolvida – de pequena, média ou larga escala. De acordo com a elevação da incerteza e do nível da decisão, cresceriam as considerações éticas e políticas necessárias à investigação científica e, subsequentemente, aumentariam a diversidade de interesses¹⁷

17 A questão de até onde os interesses afetam os “fatos” e a investigação científica é controversa. Em última instância até os conhecimentos matemáticos são encadeados a determinados interesses. A tese central do Programa Forte de sociologia do conhecimento consiste em buscar uma causalidade social, logo também sobre os interesses que guardam afinidade, dos conteúdos científicos (BLOOR. 2008. P. 21). Na concepção da Ciência pós-normal vigora uma certa idealização, como se problemas não situados no ápice da incerteza e do nível de decisão estivessem protegidos da disputa de interesses. Contudo, este não é o tema deste trabalho, valendo apenas breve menção para fins de revisão do debate em torno da sociologia do conhecimento e da ciência cidadã.

envolvidos. Desta forma, em casos como despejo de lixo nuclear, construção de represas e outras questões ambientais operaria uma Ciência pós-normal, em que a incerteza é administrada e a *expertise* cidadã incorporada, contornando a insuficiência *expertise* científica. Aqui, teriam-se não mais uma comunidade científica estrita, mas uma “comunidade ampliada de pares” (Ibid. 1997. P. 223-229). No Brasil, o estudo de Taddei e Gamboggi (2011) analisou nesta chave analítica os Comitês de bacias hidrográficas do Ceará, responsável pela gestão da política pública de água na região, mostrando a disputa de enquadramentos baseadas nas visões incluídas de usuárias e parte da sociedade civil, que era vista como positiva de um lado graças à inclusão e negativa dado o conflito e morosidade resultante dos longos debates.

Outra convergência que facilita o entendimento da Ciência Cidadã, mais inesperada e menos direta que a anterior, se dá com a crítica de Bakunin (2014) ao idealismo no livro “*Deus e o Estado*”. Ele rejeita a tese idealista de que as ideias de uma sociedade se desenvolvem fora da realidade material, concreta. Num esforço de sociologia do conhecimento que se inicia nas ideias religiosas e toca em vários exemplos históricos, demonstra que as abstrações idealistas criaram o “materialismo mais brutal”, isto é, que produz condições de vida das mais miseráveis. Ao não partirem do mundo concreto, as abstrações criadas seriam meios eficazes de manter uma enorme dominação e exploração humana, uma vez que seu elo com a realidade material se dá apenas posteriormente, criando uma “miragem” nos interesses materiais com que está ligada. Isto dificultaria a percepção dos grupos dominados sobre a dominação a qual estão submetidos (BAKUNIN. 2014. P. 53-54;77-82).

Embora a reflexão parta da religião, ela toca também no Estado e na Ciência. Para o autor, as abstrações religiosas como Deus – onde a referência máxima seria o cristianismo – concentrariam todas as qualidades, enquanto restaria às humanas a impureza e a imperfeição absoluta. Assim, dada a incapacidade e imperfeição da humanidade, ela deveria obedecer aos mandos da perfeição divina, mais especificamente os seus “emissários” – padres, por exemplo –, os quais estariam mais próximos da perfeição na terra (Ibid. 2014. P. 43-44). A contrapartida material dessa dimensão dos significados da abstração religiosa foi todo o desenvolvimento do poder da Igreja desde o século VIII, bem como suas disputas pelos seus bens materiais frente aos Estados

soberanos da europa, todas as quais agiam para a manutenção dos privilégios da burocracia eclesiástica. A obediência à Igreja significava obediência ao Estado, uma vez que o poder dela foi cimentado junto ao dele. Entretanto, com a progressiva laicização, as abstrações estatais ganham outras feições e outras defesas teóricas. Em vista disso, enquanto na França a abstração da República teria resultado nos massacres de Robespierre durante no final da Revolução Francesa, na Alemanha a tradição de pensamento idealista teve como correlato material a dominação social e política da burocracia e de Bismarck sobre as classes dominadas (Ibid. 2014. P. 43-44;53-56;70;77-82).

Em relação as outras abstrações, a ciência tem uma especificidade que Bakunin (2014. P.91-96) destaca e importa para o tema deste trabalho: construir abstrações é qualidade intrínseca de seu funcionamento, pois ela busca relações gerais da realidade. Resulta disso que a ciência, esse método de investigação racional, não dá conta de toda a complexidade do mundo, sendo sua utilidade justamente assentada na capacidade de abstrair. Por essa razão ela não pode e não deve criar a realidade, sozinha, enquanto abstrações, uma vez que isto seria exercido pela humanidade concreta. O papel de criação residiria na vida que, mais ampla que a ciência, seria a própria complexidade que se busca abstrair e no qual estariam os impulsos revolucionários do povo. O autor não critica a ciência por esse limite intrínseco, que existe de partida. Dentro desta redoma, ela orienta a vida sobre as relações gerais dentro da sociedade, principalmente sobre “*as causas gerais dos sofrimentos individuais*” e as “*condições gerais necessárias à emancipação real dos indivíduos vivendo na sociedade*”. Porém, ainda na redoma, ela não governa a vida (Ibid. 2014. P. 91-96;99-100).

Entretanto, seja na atual circunstância a ciência insula-se da vida do povo através academia, seja quando vier a se tornar uma forma de governo daquelas pessoas que exercem a ciência, o problema central se instala (Ibid. 2014. P. 61-63). O Estado e o governo, tal como a academia, baseiam-se na relação de privilégios em função de sua hierarquia característica e, por conseguinte, exerceriam uma autoridade que corrompe a igualdade social ao agirem em prol de sua própria condição. A ciência perde sua autoridade racional de entender relações gerais para conformar-se como uma autoridade externa à decisão das próprias pessoas que integram a vida para destinar-se a manutenção

ao longo do tempo, ou reprodução de sua dominação – algo que se torna objetivo das formas de dominação no geral, segundo o autor (Ibid. 2014. P. 61-63;92-93).

Insuladas nas relações de privilégio, nesse passo as abstrações científicas – notadamente universalizantes e orientadas à níveis gerais – operariam um sacrifício material das humanidades e da individualidade – de caráter mais contextualizado e localizado –, tal como o Estado e a Igreja o fizeram (BAKUNIN. 2014). Comparando à abordagem de Irwin descrita anteriormente, encaixa-se bem à situação da ciência oficial de avaliação de risco do pesticida, a qual universaliza as práticas existentes no laboratório e as estende à análise da realidade concreta. Isto causou uma desconsideração da ciência cidadã criada pelas trabalhadoras agrícolas e justificou a condição material de risco à saúde vivida por elas na produção. A abstração do laboratório exerceu uma relação de dominação sobre a individualidade e a humanidade específica dessas trabalhadoras. Segundo Bakunin (2014. P. 100-103), para romper essa “imolação” material dos grupos dominados em prol das abstrações, a ciência do futuro deve passar necessariamente por uma reorganização de sua estrutura através de uma revolução social que possa abolir o privilégio. Deveria visar a instrução integral e a difusão ao máximo possível das práticas de exercício ciência entre as massas, para que então una-se à prática imediata da vida de indivíduos, abolindo a “organização especial” de quem exerce a ciência. Ainda que Irwin não fale de uma revolução social e da abolição de privilégios, como foi dito acima, ele também defendia uma alteração qualitativa na estrutura cognitiva e institucional da Ciência.

Existe uma distância entre Bakunin e Irwin que precisa ser mencionada não só para balizar as diferenças de uma ou de outra, como também para compreender melhor a relação entre a abstração da ciência oficial e as ciências cidadãs, localizadas e ligadas a prática concreta. Apesar de ao longo de todo seu livro se valer de exemplos de grupos marginalizados das decisões do Estado – como produtores agrícolas, trabalhadores agrícolas, famílias com filhas portadores síndrome de Down e pessoas com HIV/AIDS –, o termo “cidadão” da Ciência Cidadã de Irwin carrega uma ambiguidade¹⁸. Assim como o conceito de sociedade civil no Brasil foi sugado pelo projeto político neoliberal numa

¹⁸ Na realidade, existem duas ambiguidades. Além desta relatada no corpo do texto sobre quais grupos sociais integram o conceito, o uso do termo “cidadãos” constrói uma oposição às “cientistas”, como se estas não dispusessem também dos direitos de cidadania.

confluência perversa com um projeto participativo – que também usava esse termo – e passou a incluir tanto movimentos populares, organizações empresariais, Organizações Sociais (OSs) e Organização Não-Governamentais (ONG) (DAGNINO. 2004), a definição de “cidadã” insere-se nesse quadro que permite incluir tanto movimentos de trabalhadoras e grupos oprimidos, quanto organizações empresariais. A abordagem de Bakunin sobre o conhecimento diverge fortemente nisso, uma vez que os sujeitos revolucionários com os quais ele trabalha são as classes dominadas – entendendo classe num sentido ampliado, enquanto o conjunto de grupos dominados e oprimidos. Assim, na discussão feita por Bakunin não estão abarcadas, por exemplo, organizações empresariais ou agentes estatais, uma vez que ambos estariam localizados no pólo das classes dominantes e são tidas como antagônicas dado aos privilégios que dispõe, impossibilitando uma crítica às abstrações que junte aos sujeitos de sua ciência alternativa (CORRÊA. 2014. P. 60-61;104-106).

A prefiguração – neste âmbito, de que as práticas de ciência são uma imagem prévia de uma sociedade futura – pode ser utilizada como um recurso para facilitar a comparação e crítica. Nesse sentido, a ciência cidadã de Irwin representa um republicanismo de ciência e tecnologia, com a esperança de conciliar os conhecimentos da ciência oficial do Estado e dos grupos que o gerem aos conhecimentos de ciência cidadã dos grupos marginalizados através da participação pública destes na ciência, ao passo que a ciência popular de Bakunin ao socialismo libertário – ou simplesmente anarquismo, na ideologia defendida pelo autor – na ciência através da transformação social, rompendo e confrontando o Estado. O primeiro enfatiza mais a complementaridade entre o conhecimentos da ciência cidadã à ciência oficial e o segundo como fazer da ciência um meio para a auto-gestão dos grupos oprimidos.

Existe algo que merecerá atenção posterior nesse diálogo pantanoso, e que parece ser o eixo central de divergência: Irwin subestima as relações de poder entre o Estado e seus gestores frente aos grupos marginalizados, o que gera uma enorme dificuldade de constituir o “debate alargado” inclusivo às cidadãs que anseia. Tanto é verdade que a discussão do poder aparece apenas brevemente ao falar da participação pública analisada pelos relatórios da OCDE (IRWIN. 1995. P. 119). Esse entrave da desigualdade nas relações de poder se expressa no fato de que um lado tem, como destacou Bakunin (2014.

P. 124) o “argumento triunfante do fuzil, o direito da força” – característica fundante do Estado –, isto é, o monopólio da repressão legítima contra um outro argumento que não tem isto a sua disposição.

De qualquer forma, a ciência cidadã elaborou uma crítica à universalização da ciência oficial, buscando levar em consideração os conhecimentos baseados numa especialização ou *expertise* das atividades cotidianas, visão essa que pode ser bastante cara aos movimentos sociais. Deste ponto de vista, ganha proeminência o entendimento de que eles são produtores de conhecimento, bem como de que este conhecimento pode complementar a ciência oficial ou entrar em conflito com ela. Outro ponto importante destacar está na expectativa de incluir as cidadãs através da participação nos processos decisórios a partir da importância de incluir seus respectivos conhecimentos através da processos de produção científica através da participação, tipificando um dilema da participação da Ciência Cidadã. Entretanto, tais considerações precisam ser balizadas pela ambiguidade carregada do termo “cidadã” e pelas relações de poder desiguais existente em comparação à ciência oficial, como as contribuições de Bakunin auxiliar.

O que há de comum entre as três abordagens?

Após essa extensa exposição e revisão da Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais, da Pesquisa Militante e da Ciência Cidadã, vários aspectos comuns apareceram que nos permitem realizar uma síntese entre as três, levando em conta suas divergências. Trata-se dos seguintes pontos: I) a dupla participação da cientista e do movimento ao longo de todo o processo de produção do conhecimento científico relevante a movimentos sociais como forma de contrapor as relações de dominação; II) a dimensão prefigurativa do processo de pesquisa, semelhante aos processos de organização de base em movimentos sociais; III) a necessidade de produzir um conhecimento crítico; IV) as propriedades parcial e ao mesmo tempo adaptável do conhecimento, que produza uma teoria dinâmica.

Em primeiro lugar, todas as abordagens enfatizam a necessidade de que a relevância aos movimentos passa pela participação tanto das cientistas na prática movimentalista, quanto do movimento na ciência. Na Teoria Relevante sobre

movimentos sociais discute-se o *engajamento direto* da pesquisadora junto ao movimento para criar uma *relação aprofundada* que permita mapear melhor as discussões relevantes ao ativismo e ser capaz de produzir uma responsividade da acadêmica para que o movimento avalie o conhecimento, julgando sua correspondência na realidade e pertinência da pesquisa. Somam-se a isso a noção de *colaboração* e do método de *Pesquisa Ação Participativa* (PAP), os quais preveem uma participação das militantes nas diversas etapas de pesquisa e a própria condição de carregar uma dupla identidade de pesquisadora e militante. A Pesquisa Militante introduz este elemento através do método da inserção, que aloca a acadêmica na condição de mediadora e incentivadora do desenvolvimento científico que tenham as próprias militantes de base como protagonistas através do método de *Investigação-Ação-Participativa* (IAP) – um processo de pesquisa participante que inclui o envolvimento com a prática. Ademais, a superação da separação teoria-prática e sujeito-objeto introduz uma relação entre dois sujeitos, sendo dessa condição a característica de decidir sobre aquilo que lhe afeta, cujo meio típico é a participação. Por fim, a Ciência Cidadã defende a participação das cidadãs no processo decisório, sobretudo aqueles atravessados pela ciência como as recentes controvérsias versadas em sustentabilidade e degradação ambiental, como um meio de incluir os conhecimentos criados pelas próprias cidadãs gerado em seu cotidiano. Assim sendo, devem também as cientistas participarem dessas discussões públicas, indo além das próprias instituições científicas com as quais se vinculam, e mudarem sua visão sobre os conhecimentos cidadãos, que não seriam de outra forma considerados sem a participação das próprias cidadãs.

A ideia por trás disso pode ser melhor elucidada pelos pontos levantados pela teoria política anarquista acerca de relações de poder. Nela, o poder define-se enquanto relação social entre forças assimétricas e a participação como capacidade de incidência nas decisões que afetam agentes sociais. A ampla diversidade de teoria anarquista apresentam implicitamente uma concepção de relações de poder localizando a participação dentro de um continuum que constrói dois tipos ideais de poder: num extremo, com quase nenhuma participação, estão a relação de dominação; no outro extremo, com o máximo de participação possível, está a autogestão. Conceitua-se dominação como uma relação de poder hierárquica de controle sobre as decisões que

afetam outrem e a autogestão uma relação de poder não-hierárquica com uma participação proporcional ao quanto se afeta de um dado aspecto (CORRÊA. 2015. P. 135-138). Equivalente ao debate realizado pela Pesquisa Militante em torno da superação da separação entre sujeito e objeto, a participação atua como um antídoto¹⁹ à dominação na investigação científica.

Em segundo lugar, as práticas científicas contrárias a dominação jogam em cena a pré-figuração enquanto constituinte da pesquisa. Conceito de origem anarquista e posteriormente recuperado por indígenas zapatistas, feministas e pela heterodoxia marxista, significa que as formas de organização atuais dos movimentos são, em menor escala, uma imagem prévia das sociedades futuras que ambicionam, “[anulando] a distância entre meios e fins” (SARAIVA. 2010. P. 10;79;135). Os movimentos funcionariam como um local de experimentar novas relações sociais. Este aprendizado adveio da minha participação no Movimento Passe Livre – DFE, onde fazemos constante referência ao fato de que quando realizamos um “catracaço” estamos exercendo na prática e já, de imediato, experimentando não só a futura tarifa zero – bandeira defendida pelo movimento –, como o nosso próprio direito à cidade.

A abordagem da Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais e da Pesquisa Militante preconizam relações sociais de pesquisa extremamente equivalentes aquelas existentes dentro dos movimentos sociais que, subsequentemente, tem a dimensão pré-figurativa mencionada. O primeiro enfoque dá atenção a “política de distribuição” nos desenhos de organização de atividades de produção de conhecimento, de modo a priorizar uma distribuição de poder mais inclusiva à ativistas através de práticas de produção de conhecimento usadas pelos próprios movimentos. Ele utiliza de uma teoria da organização política aplicada à academia. A Revista *Interface* mencionada e da qual Cox foi colaborador, manifestava a prefiguração através do regime de propriedade coletiva e

19 Há algumas ressalvas de caráter metodológico que são necessários para a precisão dessa afirmação. O debate sobre participação política, principalmente no Brasil, demonstrou a convivência entre formas de participação e de dominação. A abordagem de democracia deliberativa aprofundou isto largamente ao colocar uma série de condições ao debate livre, ainda que haja participação, a exemplo de padrões discursivos que possam reforçar a dominação. A própria Pateman, cânone das democracias participativas na ciência política, afirma a permanência – e a desejabilidade de que isso ocorra – de algumas estruturas de autoridade (PATEMAN. 1992). Entretanto, consistem em tipos ideais, abstrações que só existem teoricamente e analiticamente. Na realidade concreta elas existem simultaneamente, ainda que se possa identificar sistemas de dominação e sistemas de autogestão, respectivamente em que predominam relações de dominação e de autogestão (CORRÊA. 2015. P. 137).

socializada da revista, sendo de vários movimentos e não de uma doutrina ideológica ou organização política específica. No segundo enfoque, o método da Inserção e as diferentes etapas da IAP existentes englobam momentos de identificar e gerar conhecimento sistemático a partir dos grupos e organizações de base chave com os quais se atuará conjuntamente, tendo como meta inclusive a substituição das acadêmicas por pessoas da própria comunidade. Nesse sentido, as práticas de pesquisa reproduzem e mesclam-se às práticas de trabalho de base dos movimentos. Embora a Ciência Cidadã não anseie de tornar a produção científica idêntica às práticas dos movimentos, nem de um compromisso ético com a transformação social, por si só a defesa da participação das cidadãs nas decisões relacionadas de ciência oficial efetiva uma política de pesquisa prefigurativa.

Gerado de maneira inclusive mais consciente do termo, o Sindicato de Educação da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) – uma organização sindical anarquista – na Espanha em 1976 pôs em prática uma pedagogia autogestionária que continha uma ideia de que cada sindicato criasse uma seção de pesquisa própria de sua área de trabalho – a de saúde pesquisaria saúde, por exemplo – e que, juntas formariam uma Federação de Pesquisa. Unido às Escolas Populares – que utilizavam de metodologia alternativas – efetivamente criadas, as seções incluíam não somente as pessoas dos respectivos locais de trabalho, como a classe trabalhadora em cada bairro e comunidade que houvesse a atuação sindical (TRAGTENBERG. 2012. P. 184-189). Seu objetivo era reapropriar ou simplesmente devolver o conhecimento que havia sido expropriado de si pelo processo de exploração e alienação que sequestram o conhecimento que já dispõe e os fazem mercadoria. Estariam socializando os meios de produção do conhecimento (TRAGTENBERG. 2012. P. 184-189). Neste caso, tal como Bakunin, pretendiam ser a imagem prévia do socialismo libertário por meio deste método pedagógico – de ensino e pesquisa – em toda a sua organização de base.

Abraçando os elementos comuns das três abordagens neste ponto, haveria uma democracia participativa prefigurada nas relações de pesquisa. Partindo das formas de autogestão no local de trabalho – esmiuçando mais o caso da Iugoslávia –, para Pateman (1992. 33-34;66;92) esta forma de democracia expande a participação à todos os espaços da esfera cotidiana, desestabilizando as relações de autoridade existentes em cada uma

delas para – dentre vários objetivos – assegurar uma sensação de eficácia política de quem participa. Se para autora falava em eficácia para a sensação ter capacidade de impactar a realidade, em especial a produção, a participação na pesquisa tem um senso de eficácia na capacidade de produzir ciência relevante sobre movimentos sociais. Ou seja, o valor em si de ser uma imagem prévia da sociedade futura, com relações sociais contrárias à dominação é posto na balança e balizado com o objetivo de produzir pesquisas úteis à transformação social. Organizada pelo grupo de pesquisa Democracia e Desigualdades (Demodê) do Instituto de Ciência Política da UnB – que também sou membro –, a mesa “Repensando a relação entre academia e movimentos sociais”²⁰ ocorrida em novembro de 2016 na ocupação da reitoria na Universidade de Brasília (UnB) durante o auge do movimento de ocupações daquele ano serve de exemplo concreto (TRINTADE; VIANA. 2017. P. 11-13): a alteração do formato do evento, de uma mesa a uma roda de conversa, onde a disposição das pessoas em roda é mais horizontal do que a concentração de atenção usual a uma mesa, visivelmente deixou as pessoas de movimentos sociais mais a vontade e facilitou a discussão. Funcionou como um prenúncio de uma “relação de parceria” entre academia e movimentos sociais (TRINTADE; VIANA. 2017. P. 11-13).

Resumindo, utilizar as práticas dos próprios movimentos sociais na pesquisa parece aumentar a possibilidade de que o conhecimento resultante seja relevante.

Em terceiro lugar, está a necessidade de produzir um conhecimento que seja crítico. Entre a Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais, Bevington e Dixon ressaltaram que uma investigação que realize uma adulação do movimento, confirmando seus valores e entendimentos vigentes pode não vir a ser útil à transformação social com a qual se assume compromisso, pois práticas pouco efetivas poderiam continuar a serem utilizadas. Sob tal contingência, poderiam estar fadados a uma ineficácia no longo prazo. Tavares e Veloso partem deste elemento, integrando-o ao “auto-esclarecimento” da teoria crítica, para avaliar o legado tático de ocupações secundaristas em Goiânia apontando alguns de seus problemas – mesmo ambos tendo sido apoiadoras jurídicas do movimento. A trajetória da pesquisa militante, por sua vez, está assentada em alguns passos em

20 A atividade foi mediada por uma integrante do Demodê e contou com a participação dos seguintes movimentos sociais do Distrito Federal (DF): Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Passe Livre – Distrito Federal e Entorno (MPL-DFE), Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, Movimento Mercado Sul Vive (MSV) e da central sindical Intersindical.

direção à prática a partir da teoria crítica latino-americana, bem como na tentativa de produzir um conhecimento útil à transformação social, que busca realizá-la na realidade concreta. A preocupação da ciência cidadã em mostrar repetidas vezes a possibilidade de ser complementar à ciência oficial na correspondência das análises à realidade implica delinear a possibilidade, avaliada criticamente, de que o primeiro tipo de ciência não seja suficiente sozinho. Por causa disso, seu embate central está em mostrar que a inclusão dos conhecimentos cidadãos traz fatos que não seriam introduzidos de outra forma na ciência e, por conseguinte, no aprimoramento do caráter crítico deste método de investigação.

Esta dimensão crítica atrela-se a uma objetividade alternativa, indo além dos limites da neutralidade em relação a valores e da separação entre ciência e política, presentes na objetividade popularizada por Weber à ciência social – de sermos capazes de significar culturalmente os fenômenos. Conforme sugerem os enfoques da teoria relevante e pesquisa militante – e melhor destrinchado acima –, existem mecanismos de auto-objetivação²¹ das suas experiências que permitem algum distanciamento de si para a realização da crítica. O tempo decorrido do acontecimento analisado e as práticas de crítica e auto-crítica constantes dentro dos movimentos sociais operam como dois desses mecanismos. Neles, objetividade é tentar colocar no mundo concreto as projeções que tenhamos, ciente de suas limitações impostas à ação política: como Gramsci afirmou e acima cirou-se, une-se a “cientista da política” à “polític[a] prátic[a]”.

Por último, os enfoques demonstraram compreender o caráter parcial do conhecimento sem abandonar a pretensão de criar um conhecimento útil a uma variedade de contextos, criando uma teoria dinâmica. O princípio do “aprender com a luta de cada um” – indicado por Cox – compreende que cada movimento carrega um conhecimento situado e, portanto, parcial da realidade, sendo a solidariedade ou a integração entre as lutas ascender à um conhecimento que ambicione a totalidade. Também na Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais, seguem essa direção a crítica aos estudos que se furtavam a criação de teoria, pois se prendiam à algumas variáveis específicas ou restringiam sua análise aos mecanismos causais de escala micro-social, sem realizar a conexão com as estruturas macro-sociais. Ao contrário, a teoria demanda um

21 Agradeço esta contribuição feita pelo companheiro de militância e antropólogo, Paíque Duques Santarem.

conhecimento ao mesmo tempo com poder explicativo para além do caso que lhe deu origem permitindo ser relevante a outras lutas e dinâmica, levando em conta as especificidades de cada caso. Aliado ao enquadramento social e histórico – que discorra sobre a localização e as especificidades dos casos investigados –, a superação do colonialismo intelectual e da dependência acadêmica em relação aos centros do capitalismo global, elementos previstos pela Pesquisa Militante, sugerem que o caráter localizado ou situado do conhecimento militante produzido pelos movimentos e pelas pesquisadoras. A ambição de articular à totalidade da realidade não está fora disso: metodologicamente, a IAP tem etapas de vinculação das análises realizadas à totalidade a partir do “nível macro-social” de análise e a dialética entre a ciência acadêmica e a militante gera uma síntese próxima da totalidade. Este tópico é o centro gravitacional da Ciência Cidadã em torno de que toda sua discussão gira: este tipo de conhecimento emerge justamente a partir da *expertise* cidadã cotidiana e local contra as abstrações utilizadas pela ciência oficial que universalizam as práticas de seu laboratório a uma diversidade de contextos particulares. O anseio de conciliar estes dois tipos de ciência e a consideração de vários contextos locais distintos a aproxima, então, da totalidade.

Como Bakunin (2014. P. 90-100) e Weber (1973) apontaram, a ciência apresenta um limite estrutural ao seu objetivo de “iluminar”²² e entender as relações causais do mundo: a vida continuará sendo mais ampla e complexa que a ciência, que poderá apenas lançar uma multiplicidade de olhares à realidade como um todo. Pois é intrínseco da vida ser mais dinâmica, criadora e complexa em fatores que a abstração da realidade que a ciência formula. Assim, a apreensão da realidade pela ciência será sempre imperfeita. Não deve, todavia, ser abandonada pelo menos uma “intenção de totalidade”, como

22 O termo entre aspas usado sucessivamente pelos dois autores demonstra um espírito da época iluminista. É válido indicar isto, pois apresenta vários problemas, como a própria discussão contra o colonialismo trazida pela pesquisa militante coloca: no campo ideológico ou das abstrações científicas – para referir ao mesmo Bakunin –, foram esses projetos imbuídos de positivismo que justificaram a colonização intelectual da América Latina.

ênfatizada por Holloway²³ (2003. P. 131-133) ao discutir a produção de Luckacs, equilibrando-a com as imperfeições desse objetivo.

Feita essa revisão dessas três abordagens que tocam em aspectos conectados a dimensão de relevância, passemos agora a discussão dos dilemas enfrentados por uma teoria e pesquisa relevante sobre movimentos sociais.

23 Este ponto está incluso numa seção mais ampla que discute a fetichização teórica das relações sociais, que fixa elas historicamente, independente das mudanças que sofram. Não há como aprofundar em detalhes este aspecto, mas ele sugere, tal como sintetizado aqui, uma sociologia do conhecimento das pesquisas militantes que conecta uma forma de se organizar politicamente a uma forma de conhecer – a dos partidos políticos que, por exemplo, aderem a uma visão leninista ortodoxa e julgam-se a vanguarda onisciente, logo de consciência de classe total, em oposição aos sindicatos limitados às pautas estritamente “econômicas”, as quais seriam incapazes de ligar-se à totalidade.

Capítulo 2: Os dilemas da relevância

O objetivo deste capítulo discorrer sobre os dilemas que as pesquisadoras enfrentam no processo de produção de uma teoria relevante sobre movimentos sociais. Entende-se dilemas aqui como pontos de tensão que se manifestam na busca pela dimensão da relevância das investigações e teorias, impondo às cientistas e militantes a realização de escolhas sobre como seguir o processo. Nem todas elas são resolvíveis numa discussão abstrata sobre sua existência. Contudo, esses dilemas funcionam como um lembrete contínuo no processo de pesquisa que devemos nos atentar. Este capítulo subsidiará a discussão sobre a relação da teoria e pesquisa relevante sobre movimentos sociais e seu encaixa à Ciência Política, a ser realizada no capítulo seguinte. A partir da revisão de literatura realizada no capítulo anterior, observou-se os seguintes dilemas: I) Dilema conceitual e linguístico; II) Dilema da horizontalidade; III) Dilema da pesquisa *sobre* movimentos sociais frente a pesquisa *para* movimentos sociais; IV) Dilema da expropriação do trabalho universitário; V) Dilema do compromisso ético.

I) Dilema conceitual e linguístico:

Os termos escolhidos para nominar os conceitos que desejamos expressar podem ter um algum impacto na capacidade de uma pesquisa ser ou não relevante a um movimento social. O primeiro aspecto que surge deste dilema está relacionado ao uso de uma linguagem acessível, capaz de ser compreendida por uma diversidade de grupos sociais e públicos, não apenas os públicos acadêmicos. Movimentos populares, ainda que tenham diplomadas ou que dominam a linguagem universitária em suas fileiras, apresentam também pessoas que não o são. Apesar de colocarem em um segundo plano isto, como mencionado anteriormente, Bevington e Dixon afirmaram essa ser uma das explicações dadas, pelas acadêmicas de sua convivência, à irrelevância dos estudos sobre movimentos sociais.

Um segundo aspecto deste dilema foi mencionado na introdução deste trabalho, o conceito de “recrutamento”. Resumidamente, uma graduanda buscou a mim, enquanto integrante do Movimento Passe Livre – Distrito Federal e Entorno (MPL-DFE), visando realizar uma pesquisa sobre o “recrutamento” de pessoas ao movimento – a entrada de

pessoas, basicamente. Ao levar isto para nossa reunião interna, logo alguém me respondeu em tom de surpresa: “Recrutamento? Parece que a gente é militar!”. Ou seja, demonstrava um incômodo com conceitos que anulam o conjunto de relações sociais criadas no movimento, equivalendo à conjuntos de relações sociais que fazem pouco sentido neste ambiente. Então, este aspecto do dilema pode ser condensado na seguinte pergunta: nós pesquisadoras devemos utilizar os mesmos termos utilizados pelos movimentos ou devemos usar termos distintos?

A primeira posição é defendida, por exemplo, por Fals Borda (2016. P. 777) no método de Inserção, pois acredita ser um meio de que o processo de pesquisa desenvolvido junto aos grupos de base faça sentido para essas pessoas. Esta visão expressa uma preocupação de que as categorias utilizadas não devam sublimar a radicalidade da transformação social levada à cabo pelos movimentos sociais nos resultados que alcançam e nas relações sociais que criam durante a luta. Este ponto é caro diante do compromisso com a transformação social assumida pela teoria relevante e a pesquisa militante, por que a proximidade com a radicalidade – no sentido de ir à raiz e gerar uma mudança neste nível – atesta a eficácia das estratégias e táticas de transformação adotadas pelos movimentos.

A segunda posição é exemplificada por Sidney Tarrow (2009) que, em sua proposta realizar uma síntese das discussões acadêmicas sobre movimentos sociais em seu livro “Poder em Movimento”, utiliza conceitos muitas vezes descolados ou abstraídos dos usos cotidianos e práticos do campo movimentalista, sendo criados pelo próprio pesquisador. Contraria um esforço que seria de uma sociologia compreensiva, a qual busca nos próprios sentidos da ação atribuídos pelas atrizes para produzir seus conceitos. Existe exceção²⁴ que será trazida no terceiro dilema, mas o conceito de “repertório de confronto”, assim como a trajetória assumida pelo conceito ilustra isto. Trilhou o caminho de ser gerado pela própria pesquisadora e inicia-se definindo as rotinas mais ou menos deliberadas do que “sabem sobre como fazer” no confronto com o Estado e as elites (TARROW. 2009. P. 51). No contexto brasileiro dos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT) ocorreu um maior entrelaçamento de alguns movimentos sociais

24 O descolamento da percepção do movimento apresenta uma exceção na definição da Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), cuja existência depende necessariamente da percepção das próprias atrizes para existirem.

com o Estado, pressionando a análise a expandir o conceito de repertório de modo que incluir, por exemplo, rotinas de cooperação com o Estado. Sua repaginada lhe dá o nome de “repertório de interação”, não mais apenas de confronto (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA. 2014). O problema desta definição está em agrupar sobre o mesmo conceito elementos que podem ser muito distintos entre si: as práticas sociais e relações sociais existentes na ação extra-institucional, da alegoria do “fogo de pneu” (TAVARES; OLIVEIRA. 2016), em oposição aquelas existentes dentro dos gabinetes. Não à toa um grupo de ações coletivas de tipo movimentos sociais e de ativismo – nas quais estou envolvido através do Movimento Passe Livre – DFE –, geralmente não trazidas às análises acadêmicas, criticam muitas dessas práticas de aproximação crescente às instituições Estatais num entendimento de que fazem parte de processos de burocratização e cooptação, as quais aprofundariam o “rabo preso”. Esta expressão costuma ser utilizada para falar da dependência acentuada em relação a setores do Estado e às classes dominantes que limitam a capacidade de mobilização, semelhante a alguns usos da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) que Tatagiba destacou (2007. P.14-15). A despeito da precisão desses diagnósticos, os quais necessitam passar por melhor avaliação e complexificação das discussões, essas divergências precisam ser levadas a sério, uma vez que sinalizam que os usos do conceito de repertório podem estar neutralizando a oposição entre as relações sociais existentes entre ambas. Para encerrar a rodada de exemplos, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) também fazia uso de um instrumental conceitual importado do capitalismo, equivalendo as práticas de movimentos sociais às da organização de empresas (GOHN. 2012. P. 51-53;58).

Contudo, existe também um risco à radicalidade em aderir aos conceitos próprios dos movimentos. Se o primeiro risco fala da perda da radicalidade por não expressar teoricamente mudanças criadas na prática, esta segunda perde a radicalidade ao se tornar “palavras ao vento”, não assentadas numa prática real e que superestimam a transformação gerada. Nestes casos, um movimento pode usar de um vocabulário radical apenas para auto-affirmação, aumentando falsamente as expectativas sobre a ação que efetua. Aderir aos conceitos pelos quais o movimento se auto-denomina nesses casos faz-se, portanto, uma prática que pode vir a ser relevante no curto prazo, mas não no longo – como Bevington e Dixon destacaram sobre a adulação dos movimentos e que será melhor

discutido nos dilemas seguintes. Seria semelhante a chamar de democrática a estrutura interna do Partido Social Democrata Alemão, que passava por um processo de burocratização resumida na “lei de ferro da oligarquia” de Michels (1982).

De maneira sintética, os riscos tratam-se, respectivamente, de subestimar a “crítica das armas” – a prática, a realidade – sublimando as relações sociais de que fazem parte e de superestimar as “armas da crítica” – a teoria – . Para aumentar a potência política e alcançar a relevância ambas precisam estar bem alinhadas e equilibradas.

II) *Dilema da horizontalidade:*

A Pesquisa Militante – como discutido no capítulo anterior – anseia uma relação horizontal entre a pesquisadora e os movimentos para que os assuntos estudados sejam relevantes. Desta forma, a identificação de temas úteis ao movimento é facilitada, bem como o processo de pesquisa conjunta como um todo, até a crítica final dos resultados por parte do movimento. Sem a horizontalidade, a condição de sujeito e objeto se instaura e impede a participação das integrantes dos movimentos nas etapas de pesquisa. Quanto mais fundida estão os dois papéis, mais próxima estariam da igualdade real.

Na abordagem da Sociologia Pública, que defende uma ciência social em diálogo com os públicos extra-acadêmicos de Ruy Braga e Michael Burawoy (2012. P. 63), uma das teses que define a proposta é a visão de sociólogas enquanto companheiras, estando à serviço da “sociedade civil e do social” – nos quais as militantes estão inseridas. Semelhante visão foi colocada por outro militante do MPL-DFE e da Intersindical na já mencionada mesa “Repensando as relações entre academia e movimentos sociais” ocorrida durante o movimento de ocupações da UnB em 2016: as pesquisadoras devem ver as militantes como iguais – ou como sujeita – e verem a si mesmas como inseridas dentro do contexto da luta de classes, levando-se a tornarem militantes (TRINDADE; VIANA. 2017. P. 16-17). A universidade, como dito anteriormente, está inserida nas relações sociais do mundo, ela é um local de trabalho e se relaciona com as estruturas de dominação existentes, ainda que se queira combatê-las.

Entretanto, vemos a horizontalidade dentro do MPL-DFE com um “processo” contínuo – que dura e se estende constantemente –, não um “decreto” – isto é, por uma

mera vontade formal e explícita – nem uma “bolha autogestionária” – onde as desigualdades na sociedade não afetariam. O mesmo pode ser dito sobre relações sociais horizontais na pesquisa militante, onde se destaca que a simples presença da pesquisadora conjunta às militantes não anula as desigualdades existentes entre os dois pólos e que é derivada da socialização científica. Mesmo a classe ocupada pelas acadêmicas, geralmente associada à pequena-burguesia, apresenta uma desigualdade à condição experienciada por militantes das classes trabalhadoras (FALS BORDA. 2016. P. 777).

O enfoque da Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais levanta inclusive que nossa maior disponibilidade de tempo e recursos para a pesquisa cria uma condição privilegiada a nosso dispor, em comparação às militantes. Esta seria uma das razões pelas quais faz sentido não deixar a produção de teoria relevante sobre movimentos sociais exclusivamente a cargo das próprias militantes e pelas quais é importante que as cientistas sejam aliadas (BEVINGTON; DIXON. 2005). Outra razão, também destacada por este enfoque, foi a de usar a condição privilegiada e o *status* acadêmico para facilitar o acesso às elites, geralmente negado à pessoas não privilegiadas, e investigar espaços menos acessíveis (TARLAU. 2014. P. 67). O dilema gira em torno de aliar a superação da divisão entre trabalho intelectual e manual tendo em mente a complexidade e desigualdade atualmente existente entre os dois pólos – e que dá origem ao dilema da expropriação do trabalho.

Nessa situação existem dois casos de pesquisadoras militantes: aquela que é primeiramente acadêmica e se aproxima da militância e aquela pesquisadora que já era militante orgânica de algum movimento ou coletividade anteriormente e que foi assumindo funções de pesquisadora “orgânica”. Ambas carregam uma relação com a horizontalidade que é distinta. Ao passo que a primeira precisa se aproximar mais dos mecanismos de auto-objetivação de sua experiência, como a crítica e auto-crítica existente em vários movimentos, na segunda a linha entre os dois pólos é bem mais tênue e seu dilema consiste em se integrar dos meios científicos sem perderos mecanismos de auto-objetivação.

III) *Dilema da pesquisa sobre movimentos sociais frente a pesquisa para movimentos sociais:*

Quando formulada, a Ciência Cidadã de Alan Irwin (1992. P. 163-169) contrapunha-se a várias visões, dentre elas uma que, aparentemente radical, carregava problemas semelhantes das outras propostas científicas como a da compreensão pública ou da teoria crítica da Ciência. Denominada de “Ciência *Para* o Povo”, buscava prover conhecimentos científicos às cidadãs, mas sem incluí-las no processo de produção deste mesmo conhecimento. O dilema aqui presente assinala-se a este.

Na formulação original da abordagem da Teoria Relevante em Bevington e Dixon, a dimensão de relevância é discutida do ponto de vista da produção de uma teoria *sobre* movimentos sociais com capacidade crítica. Porém, as contribuições da Pesquisa Militante mostram e mencionam diretamente a relevância que pode ter a discussão sobre as estruturas de dominação, como o capitalismo, o Estado, a estrutura de classes de uma sociedade, o racismo, o patriarcado, dentre outros temas. Neste trabalho, diferentemente da “Ciência *Para* o Povo”, a teoria e pesquisas relevantes aos movimentos sociais não prescindem de uma construção conjunta e participativa, é exatamente o contrário, como enfatizou-se ao longo de todo o trabalho. Em suma, o dilema está em: produzir um conhecimento com uma reflexão crítica relevante sobre movimentos sociais e para movimentos sociais.

No âmbito da pesquisa relevante sobre movimentos sociais, Bevington e Dixon destacam a importância de criar um conhecimento realmente crítico e que não seja meramente apologético. Repetindo o ponto citado no capítulo anterior, criar um conhecimento que necessariamente reforce as visões pré-existentes do movimento pode ter uma eficácia de curto prazo, entretanto pode endossar práticas que não estejam alinhadas com uma eficácia de longo prazo à transformação social. Assim sendo, a pesquisa sobre movimentos sociais pode servir de crítica e auto-crítica entre as organizações – ponto que será retomado no último dilema. Portanto, ser relevante neste caso significa gerar um conhecimento crítico relevante sobre o movimento, que não seja nem uma relação parasitária (TAVARES; VELOSO. 2016. P. 9) da parte das acadêmicas, copiando as reflexões do movimento e levando-as a academia sem nada adicionar à luta, nem uma adulação.

Não obstante, esta proposta apresenta um risco que um caso recente de vigilância da repressão estatal em movimentos sociais desenha. Tavares e Veloso (2016) trazem um caso interessante. Conhecido como o “Infiltrado do Tinder”, o capitão William Botelho do exército flertava com manifestantes no aplicativo de relacionamentos como forma de se infiltrar na organização de protestos contra o presidente Temer. Em dado protesto na cidade de São Paulo, já presente no grupo de “whatsapp” de um grupo de afinidade, levou a prisão do grupo momentos antes do ato, situação na qual o militar havia sumido sem se justificar. Acontece que esse mesmo capitão publicou textos na Escola Superior de Guerra sobre técnicas de infiltração em movimentos sociais, dentre as quais estava listada a busca por informações sobre eles em repositórios públicos, como periódicos acadêmicos. Dada a confiança que as militantes depositam em nós pesquisadoras graças à simpatia e solidariedade com suas causas, várias informações que conseguimos, um agente direto da repressão teria maior dificuldade de adquirir e criar confiança (TAVARES; VELOSO. 2016. P. 8-9). Uma história análoga é relatada pelo revolucionário russo Victor Serge (2016. P. 12;24-25) em seu livro “O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão”. Com tomada do poder do Estado pela revolução em 1917, as bolcheviques passaram a ter acesso a ampla quantidade de documentos da polícia secreta do regime czarista, a Okrana, que descreviam as técnicas, os processos, o recrutamento e a vigilância realizada pelas provocadoras, constituindo quase uma ciência de “estrangular revoltas” – função da polícia, segundo o autor. Um dos documentos era um relatório de vigilância de alguns profissionais, descrevendo o dia-a-dia de algumas militantes, chamada “Monografia da provocação em Moscou (1912)”, demonstrando que essa relação perversa das pesquisas sobre movimentos sociais não seja de hoje.

É o risco de que a nossa pesquisa – por mais engajada e crítica que venha a ser ou até mesmo relevante e incorporada aos debates estratégicos do movimento – venha a ser apropriada pelos órgãos de repressão e tornem-se instrumentos dos serviços de Inteligência do Estado. Nós, pesquisadoras militantes, agiríamos como profissionais dessa repressão. A opção feita por Tavares e Veloso (2016. P.10) nesta discussão foi optar por realizar uma investigação sobre o movimento secundarista em Goiânia que ao menos fosse relevante ao conjunto dos movimentos. Como, então, produzir um conhecimento relevante sobre movimentos sociais que não seja relevante à repressão do Estado? Isto é,

como servir a um complexo de relações sociais e não a outro? Este ponto precisa de uma discussão aprofundada que não é possível realizar aqui, mas que abarque o debate filosófico sobre as relações de dominação imiscuídas na técnica, a crescente racionalização e o conteúdo político das tecnologias (MARCUSE. 1982.; HABERMAS. 1982), além das discussões sobre construção social da tecnologia e sua ligação com determinados interesses (PINCH; BJIRKER. 2008). Um meio prévio ao debate que ajuda a contornar esta problemática está na realização e disseminação das pesquisas em dois formatos: um com o objetivo de atender ao público acadêmico e outro, restrito ao conjunto de movimentos sociais.

A segunda opção, de uma pesquisa relevante para movimentos sociais que estude a dominação, o Estado, dentre outros aspectos aos quais a percepção do movimento não alcança. Nela, a pesquisadora acadêmica utilizada de seu acesso privilegiado ao Estado e às elites em função do status acadêmico, destacado por Tarlau e supracitado para acessar deslocar seu olhar a espaços pouco acessíveis aos olhares das militantes. Assim sendo, trabalhos que discorram sobre a repressão Estatal, como o já mencionado livro de Victor Serge e como o trabalho de David Cnningham (2000) sobre as estratégias de contra-inteligência usadas pelo FBI para vigiar e sabotar os movimentos estadunidenses próximo aos anos sessenta. Ou mesmo discussões que permitem comparar a permeabilidade do Estado em áreas mais escusas e espinhosas, como o mercado de consultoria e assessoria política à políticos profissionais e o lobby de grandes empresas, contrariando a política de manter em segredo esses aspectos e em tabu, fora dos olhos públicos. Cabe nesse trechos do livro “Em Nome das Bases” de Marco Otávio Bezerra (1999) da área de antropologia da política e que faz exatamente isso. Este tipo de enfoque incentiva, sobretudo, a consideração e discussão de Teorias do Estado, bem como os elos com o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

IV) Dilema da pesquisa militante como reapropriação do trabalho universitário

A dupla participação elencada, a vinculação da pesquisadora à prática e à militância dos movimentos sociais, o engajamento direto, os vários conceitos trazidos

para expressar a a necessidade dessa relação orgânica e dialética entre movimento e produção científica enfrentam um obstáculo presente na rotina do trabalho universitário.

Conforme será retomado no capítulo seguinte nos trechos das entrevistas realizadas com professoras do Instituto de Ciência Política da UnB, a necessidade de se envolver na prática, de retomar o conhecimento produzido com os movimentos, de permitir que as militantes participem da decisão acerca do desenho da pesquisa e de todo seu processo implica em realizar um trabalho não previsto. Jaumon e Varella (2016. P. 430) mostram que, dentre vários outros obstáculos conjunturais, há “a crescente tecnificação e controle das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que vem se observando a partir da década de 1990, exigindo dos profissionais e estudantes o cumprimento de metas e prazos que dificultam atividades de longo prazo em parceria com movimentos sociais e organizações políticas”. É o “fantasma” bem concreto do produtivismo acadêmico.

Além disso a universidade enquanto uma instituição ligada à dominação, que institucionaliza alguns conhecimentos produzidos socialmente e os transformando em mercadoria (TRINDADE; VIANA. 2017. P. 14-17), guarda um currículo oculto. Nele estão as regras implícitas que inculcam a obediência ao professorado e à burocracia acadêmica através do sistema de notas, do formato das salas de aula e do sistema de punições (TRAGTENBERG. 2004. P. 13-16). Os conhecimentos ligados sobre movimentos sociais pressupõe a busca pela desobediência às estruturas de dominação existentes, expressa pela sua singularidade de se envolver na política do “fogo de pneu” em relação a outros tipos de ação coletiva. Logo, haveria uma incompatibilidade entre o conhecimento relevante sobre movimentos sociais que, envolvido na prática, visa a desobediência e a contestação da dominação. Soaria muito estranho e contraditório, por exemplo, uma aula ministrada de teoria relevante sobre movimentos sociais que mantivesse a estrutura tradicional da sala de aula. A exemplo das aulas públicas realizadas durante o movimento de ocupações em 2016, do qual participei ativamente, que alteravam o formato da sala de aula, orientava vários dos conteúdos dados à prática e sequer realizavam chamada em algumas situações. Evidencia uma contraposição da pedagogia burocrática à uma pedagogia auto-gestionária, tal como aquela realizada pelo Sindicato de Educação da CNT na Espanha (TRAGTENBERG. 2012. P. 181-184), onde

as estudantes determinavam em conjunto com as professoras os moldes da aula, não mais de maneira unilateral.

Há algumas tensões presentes também no currículo explícito da universidade, isto é, nos conteúdos debatidos, ministrados e pesquisados. Originada nas mudanças do modo de produção capitalista em seu processo de parcelamento do trabalho como forma de manter sua exploração, a ultra-especialização da ciência fragmenta a percepção da realidade e diminui o poder explicativo da ciência, pois desconsidera as contribuições de áreas correladas – a exemplo do que acontece nas ciências sociais internamente e em relação a outras áreas das “humanidades” (OLIVEIRA. 2013. P. 146-147). O comprometimento da ciência com a prática rema em sentido oposto, saindo das especialidades rumo a “intenção de totalidade” dita no capítulo anterior. O mesmo diagnóstico é realizado por Fanon – mencionado no capítulo anterior – nas lutas anti-coloniais, segundo o qual as massas mobilizadas dariam atenção a mudança total e a percepção totalizante da realidade, enquanto que a intelectual foca-se no “culto ao detalhe” e de uma mudança parcial. Na discussão metodológica feita por Claus Offe (1984. P. 161) sobre como atestar a existência da seletividade das instituições do Estado capitalista através da identificação de uma série de acontecimentos que não se efetivam na realidade com algum padrão ou sistematicidade classista entre si, a prática e os discursos das mobilizações abertamente classistas funcionariam como um dos termômetros possíveis de quais acontecimentos podem se realizar e quais não dentro deste Estado. O que explica isto é o fato de a prática forçar a realidade, de maneira total, a reagir, testando os limites das formas de ação políticas utilizadas. Assim, sendo, a ciência social chega mais perto da totalidade quando parte para ação. Uma pesquisa relevante e militante, então, reapropriariam-se do conhecimento de maneira total, defronte à ultra-especialização do trabalho universitário.

Neste dilema, a oposição de uma lógica do Estado, baseada no produtivismo acadêmico, a uma lógica do movimento social, baseada no elo teoria e prática para a transformação, apresenta proeminência. Este dilema seria, nos termos de Cox, o de agir “dentro e contra o Estado”. O ato da participação do movimento social em todas as etapas da pesquisa ganha o significado de uma reapropriação do conhecimento no trabalho universitário apropriado e controlado em seu ritmo pelo produtivismo acadêmico,

devolvendo-o aos grupos dominados e agindo para por fim à separação entre trabalho intelectual e manual fundante da Universidade contemporânea. Quando necessário, isso significa também agir como militante dentro da Universidade, local de trabalho e de estudo de muitas de nós, compreendendo nosso local na luta de classes – e nas lutas contra as formas de dominação como um todo –, como a militante da Intersindical falou na já mencionada mesa “Repensando as relações entre academia e movimentos sociais”. Sob esta circunstância, as dicotomias entre Estado e movimento social destacam-se e ignorar sua presença no real pode implicar em minar a capacidade de realizar uma teoria e pesquisa relevantes, pois estariam elipsados alguns de seus obstáculos.

IV) Dilema do compromisso ético: com a transformação social ou com organizações específicas?

Neste dilema o que está em jogo é a dimensão da crítica. Tanto a Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais, quanto a Pesquisa Militante destacam, em alguma medida, o comprometimento com a transformação social em favor de um mundo igualitário, que implica em prestar solidariedade às lutas sociais e se envolver na prática das organizações que as realizam. Do ponto de vista da crítica, as duas coisas nem sempre andam juntas: as pesquisadoras participarem das lutas e as militantes participarem da pesquisa não implica que deva haver uma concordância com todas as práticas e estratégias existentes na organização da luta, pois no processo podem existir caminhos com os quais se discorda.

Antes de tudo, as organizações são métodos de luta em prol de determinados objetivos – alterações de relações sociais e criação de novos padrões culturais, conquista de políticas públicas e influência nas instituições políticas, dentre outros (ALBUQUERQUE; CARLOS; DOWBOR. 2016. P. 5-16) – alinhados com a transformação social que melhore as condições concretas de vida dos grupos dominados. Da mesma maneira pela qual internamente, entre as próprias militantes do movimento, isso suscita muitas divergências internas sobre qual caminho leva eficazmente ao objetivo almejado – que é senso comum das definições de movimentos sociais –, não deve esperar-se algo diferente quando relacionados às pesquisadoras que, ainda próximas e engajadas diretamente com o movimento, não são militantes orgânicas.

Consiste, analogamente, a crítica de organizações e da auto-crítica das organizações e coletividades. Uma vez que o compromisso é com a transformação social e com os grupos oprimidos como um todo, ele pode ser confundido com o compromisso com os grupos que encabeçam a transformação social. Enquanto a primeira opção implica em realizar um conhecimento crítico, que realize crítica e auto-crítica entre e dentro das organizações populares quando seus meios não estiverem sendo efetivos para a transformação social, a segunda implica em produzir um conhecimento que favoreça alguma organização específica, independente da questão sobre a sua eficácia rumo à transformação social. O risco dessa segunda opção está em reproduzir, dentro das conclusões e do processo de pesquisa, posições que se percam no valor em si de existir uma determinada organização, sem pensar discutir seus objetivos. Corremos o risco de valorizar um movimento ou algumas atitudes quando estamos endossando mera burocratização – em organização populares que se burocratizaram – ou grupos formados para que as pessoas se sintam bem com suas consciências (FREEMAN. 1970) – em grupos de afinidades formados para realizar ações diretas –, mais do que alcançar a organização popular e a mudança concreta. Este é um ponto polêmico e certamente complexo. Não existe uma única tradição política popular. Fica difícil sabermos quando estamos efetivamente produzindo um conhecimento que foi relevante, mas que a organização não recebeu bem pela falta de abertura à reflexão auto-crítica (BEVINGTON; DIXON. 2005. P.191;199-200), por esta razão este elemento deve se manter uma inquietação e uma relação profunda constante com o movimento.

A condição de pesquisadora militante vinculada organicamente a alguma organização prescinde, portanto, de uma construção de confiança distinta daquela já criada. O conhecimento que produz internamente já é imanente, ou seja, costuma ser articulado de partida à ação de sua organização. Diferentemente, a pesquisadora militante sem vínculos orgânicos que está a se aproximar, necessita produzir uma relação de confiança que gere o processo participativo e relevante de produção de conhecimento, dada a menor imanência entre teoria e prática. Sociologicamente, essas relações pessoais são cruciais e criam pressões para manter boas relações – que pode atrapalhar a possibilidade de crítica – e para ter acesso a uma informação mais precisa sobre o movimento – que facilita a crítica. Entretanto, o que a pesquisadora orgânica tem em

imanência, deve reforçar em mecanismos de auto-objetivação de sua experiência para que seja capaz de criar um conhecimento crítico e reflexivo à sua organização, impedindo que ela se torne um fim em si mesmo blindado à crítica. Deve-se, com toda a certeza, equilibrar este dilema ao da horizontalidade para que não sua condição de pesquisadora militante não gere novas desigualdades internas, nem reforçar as desigualdades sociais mais amplas, como a entre trabalho manual do movimento e intelectual da acadêmica.

Estes dilemas não necessariamente tem soluções definitivas, universais e aplicáveis como um manual. Sua utilidade resulta da capacidade de localizar as possibilidades de um Teoria e Pesquisa Relevante sobre Movimentos Sociais nas tensões e escolhas que as atravessam. Melhor situadas e cientes de si, a eficácia da relevância pode vir a ser maior.

Capítulo 3: Ciência Política e conhecimento relevante: uma contradição?

“E o que hoje constitui principalmente toda a força dos Estados? É a ciência.

Sim, é a ciência. Ciência de governo, de administração e ciência financeira; ciência de tosquiar os rebanhos populares sem fazê-los gritar em demasia, e quando eles começam a gritar, ciência de impor-lhes o silêncio, a paciência e a obediência por uma força cientificamente organizada; ciência de enganar e dividir as massas populares, mantê-las sempre em uma ignorância salutar, a fim de que elas jamais possam, entreajudando-se e reunindo seus esforços, criar uma força capaz de derrubá-los; ciência militar, antes de tudo, com todas as suas armas aperfeiçoadas, e esses formidáveis instrumentos de destruição que fazem maravilhas; enfim, ciência do gênio, aquela que criou os barcos a vapor, as ferrovias e os telégrafos; as ferrovias que, utilizadas pelo estratagema militar, decuplicam a força defensiva e ofensiva dos Estados; e os telégrafos que, transformando cada governo em um Birareu de cem, de mil braços, dão-lhes a possibilidade de estar presente, agir e apreender em toda parte, criam as mais formidáveis centralizações políticas que jamais existiram no mundo” (BAKUNIN. 2015. P. 270-271).

Este trecho de Bakunin discorre sobre o Estado russo durante o governo do Czar. Porém, servem muito bem para descrever alguns momentos originários e importantes da história da Ciência Política, abordados neste capítulo. Ele tem o objetivo de apresentar uma contextualização do campo de Ciência Política e relacioná-las as suas peculiaridades que obstruem ou que amplificam a possibilidade de existir Ciência Política popular, que produza teoria relevante sobre movimentos sociais. Assim, inicia-se com uma exposição da história do campo, passando por seu diagnóstico sobre os tipos ideais de política analisadas, relatos etnográficos de algumas matérias específicas que assisti enquanto estudante de graduação – abarcando a metodologia de compreensão participante de Collins e a epistemologia da experiência vivida, ambas trazidas na introdução –, e exposição de alguns aspectos do campo que foram identificados em entrevistas semi-estruturadas com três professoras do Instituto de Ciência Política da UnB. Ao final, relaciono com a possibilidade desta Ciência política popular.

Realizei as entrevistas durante numa pesquisa que visava comparar os conhecimentos sobre política criados, disseminados e validados dentro da Ciência Política acadêmica em comparação àqueles conhecimentos sobre política do movimento de ocupações na Universidade de Brasília em 2016, os quais gestaram uma certa Ciência Política popular ou cidadã (FRANÇA; VAZQUEZ. 2017). Ainda que não seja discutida diretamente esta experiência diretamente, as conclusões deste trabalho são largamente influenciadas por ela e os dados das entrevistas retomados. As entrevistas permitiram uma análise do campo de Ciência Política para além de suas publicações acadêmicas, que constituem apenas parte de suas práticas sociais, sendo útil com os primeiros passos de uma pesquisa de maior escala que busque entender a Ciência Política visto como um “aparelho ideológico do Estado”. Através deste olhar ampliado podemos avaliar a adequação do campo não só nos conteúdos de sua produção científica – verificável nas publicações –, como também da forma pela qual se produz. Ou seja, podemos olhar, ainda que de maneira incipiente, ao seu “modo de conhecer” e seu “modo de viver” integralmente.

Nascida nos Estados Unidos como ciência de governo e fundida a visão alemã de ciência de Estado com os estudos concretos de sistemas eleitorais e partidários, a Ciência Política originariamente buscava se diferenciar da filosofia política e matinha um compromisso articulado entre valores liberais, as instituições do Estado e um temor à soberania popular (BIANCHI. 2011).

Iniciando em 1851 com a política em John Adams como ciência que tem por objeto as instituições políticas, passando por Thomas Jefferson com sua "Ciência de Governo", a Citizen Literature tinha por comum a diferenciação entre a ciência e a filosofia política. Atendia a um objetivo pragmático de gerar uma ordem estável que atenda a "felicidade social", leia-se, a liberdade individual e a propriedade, temendo revoltas e desordens (Ibid. 2011. P. 77-79)

Conforme Bianchi (2011), com uma igual preocupação pragmática de resolução de problemas, os Federalistas pleiteavam uma ciência política que distanciava-se do dever ser e que se colocava como uma agenda de pesquisa pretensamente realista. Na concepção deles, as desigualdades “naturais” resultantes da detenção de propriedades cria facções e, por conseguinte, a instabilidade e a confusão típica das massas. Temiam as

massas, simbolizadas nos governos populares e numa rebelião causada pela união majoritária das classes não proprietárias, representado na reação dos autores à revolta de Daniel Shays contra execuções por dívida que terminou com a morte dos revoltosos. Denominada República e tida como contrária à democracia – à época entendida como democracia direta –, a engenharia institucional que buscavam deveria ser capaz de impedir que fatos como esses venham a acontecer, protegendo a propriedade privada e contendo os efeitos desestabilizadores da desigualdade. Assim, faziam parte desse desenho uma série de mecanismos contra-majoritários, isto é, que inviabilizassem a construção de uma maioria de classes não proprietárias contra as proprietárias, como a representação no governo, separação de poderes, bicameralismo, presidente e senados vitalícios. Entendidos como avanços da “ciência de governo” disseminou-se ao resto do mundo, sendo seu caráter prático a principal contribuição de acordo com alguns (Ibid. 2011. P. 79-84).

Do lado de fora do governo, mas por ele promovido, caberia um projeto pedagógico que difundisse os valores e princípios da República para que as cidadãs se acostumassem a essa forma de governo e homogeneizassem-nas, facilitando a estabilidade. Sugerida por Benjamin Rush, seria operacionalizada por uma universidade federal com temas específicos que serviriam de assessoramento ao governo (Ibid. 2011. P. 77-85).

A outra tradição de pensamento político que conformou a Ciência Política, proveio da ciência de Estado Alemã, de ordem mais bastrata e pautada em um liberalismo nacionalista, com Francis Lieber que deu aula (Ibid. 2011. P. 85-91). Ele a unia a alguns problemas concretos relacionados ao sistema eleitoral e partidário, distinguindo da orientação pragmatista acima discutida. Sua principal contribuição residiu no entendimento institucional-formal-legal do governo, vendo a liberdade como inerentemente institucionalizada. Por essa razão, o autogoverno só seria viável através dessas instituições. Ele se diferenciaria ainda do governo da maioria, novamente pelo temor comunista de união das classes não proprietárias. Através de sua grande influência na institucionalização do campo, deslocou o Estado a uma posição central de investigação no campo. A exemplo de Woosley, que pautado por Lieber, via no Estado

uma forma científica de organização política e tinha também um temor comunista (Ibid. 2011. P. 85-91).

A partir de alterações no ensino superior estadunidense, a John Hopkins University cria um departamento cuja área principal de interesse foi Ciência Política e História, iniciando estudos em história comparada das instituições política (Ibid. 2011. P. 92-95). Na figura de Adams, reduzia a história à política, falava do "homem" como animal político e focava nas instituições locais e municipais, como a propriedade comunal. Outras abordagens mais estadocêntricas discordavam dele, como a de John W. Burgess. Para ele, à ciência política só deveria caber história do Estado nacional, com uma visão estadocêntrica das instituições. Expunha ainda seu elitismo numa separação entre soberania popular e governo do povo, bem como de influência e controle, em que valorizava positivamente o primeiro dos termos de cada separação e rejeitava a segunda, drenando de valor positivo os conceitos de maior participação popular (Ibid. 2011. P. 92-95).

Doutro lado do espectro, Woodrow Wilson, parte do Progressive Era e um liberal-reformista - favorável à mudanças sem radicalização -, fazia uso de uma metodologia de estudo comparativo analisando o funcionamento real e dinâmico do governo, mais que a estaticidade de sua forma legal e constitucional (Ibid. 2011. P. 96-99). Apesar do que pode fazer supor sua posição ideológica, ao mesmo tempo em que mostra em seu estudo o controle de interesses particulares sob o congresso e seu sucessivo poder no executivo e judiciário, via com desconfiança a soberania popular: valoriza o senado como limite à democracia; preza por um controle da opinião pública - não popular - sobre o congresso; uma solução bonapartista de que colocasse o presidente acima das contradições sociais através da mistura de centralização política no presidente, extensão de suas funções administrativas e autonomia burocrática, tornando as decisões técnicas, não políticas. Por essas razões, como os autores mencionados, não defendia a democracia, mas um governo constitucional (Ibid. 2011. P. 96-99).

Apesar de todas as suas diferenças, o amplo leque de autores visitados que deram origem ao campo tem em comum o desdém ou, no mínimo, a desconfiança com a soberania popular e democracia. Todos tem também alguma filiação ao institucionalismo e liberalismo, não a democracia, como a história mainstream conta. Essas características

foram centrais à posterior "Political Science", sintetizada então como "a ciência das instituições políticas comprometida com a consolidação das ideias e formas políticas liberais" (Ibid. 2011. P. 91;100-101).

No contexto das duas guerras mundiais e, sobretudo, durante a guerra fria, as ciências sociais são colocadas como um saber à serviço do poder, da estabilidade. Bancada financeiramente pelos Estados Unidos em vários programas de ajuda externa ou em agências multilaterais, a sociologia de Estado mobilizada na guerra fria queria identificar os sintomas de instabilidade social e, cheios de medos anti-comunistas de uma revolução popular, endossavam uma “ciência da contra-revolução preventiva” e da “engenharia social do consenso” na Ásia e América Latina para identificar pretensas conflitos que ameaçariam à “segurança nacional” dos Estados Unidos (TRAGTENBERG. 2004. P. 25-26).

Neste cenário, Feres Júnior (2000) afirma que a história alternativa da Ciência Política conta que notou uma mudança no campo que começa a partir da segunda guerra mundial em que, antes mesmo da revolução behaviorista, cientistas políticas se engajaram no estudo do "comportamentos e valores dos soldados, propaganda e alistamento militar, relações de raça na corporação militar, os efeitos sociais de bombardeios em populações civis". Foram postos à serviço da guerra, antes mesmo da Revolução Behaviorista, que se auto-afirmou supostamente separando a análise do “ser” do “dever ser” numa tentativa de dar status de maior cientificidade, objetividade e precisão metodológica. Com a guerra fria, ganham uma utilidade nova nas trincheiras ideológicas, de propaganda de Estado e da democracia liberal estadunidense. Sua capacidade de manutenção, entretanto, passa a ligar-se na reivindicação de um financiamento estatal – antes mantinha-se por fundações privadas – junto ao congresso, que os via com receio. Sendo as ciências naturais bem vistas, mobilizaram argumentos no sentido de aproximar-se delas, além de enfatizarem a importância de controle social. Logo, os “técnicos em ciências sociais” – com a ênfase no controle passam a ser priorizadas e é criada uma Divisão para Ciências Sociais. Seu objetivo era recolher enormes financiamentos para a realização dos surveys típicos da revolução behaviorista. Num processo muito dependente da Fundação Ford, ocorre, de um lado, um controle e seleção dos temas de pesquisa, e de outro, cientistas políticos deixam de pesquisar temas controversos para não assustar suas fontes de financiamento. Ainda

que munidos de falhas analíticas, behavioristas carregavam um conservadorismo do liberalismo americano, um anticomunismo, um entendimento de que a ausência de participação popular era uma virtude democrática. A ciência política atuou como um aparelho ideológico do Estado americano, ao invés de se distanciar da política (FERES JÚNIOR. 2000. P. 102-104).

Resultante dessa simbiose com o poder e da vocação institucional de conservadora da Ciência Política, alguns temas tabus teriam se instaurado, como a crítica ao modelo de democracia estadunidense e o poder do capital. Sob tal contexto, a Teoria Política, por sua vez, foi alocada ao status de uma sub-área inferiorizada, em relação às outras (FERES JÚNIOR. 2000. P. 104-107). Como se verá, a política do “fogo de pneu” pode ser considerada como um desses temas inferiorizados dentro da ciência política brasileira.

A chegada da Ciência Política, diretamente com este nome, no país deu-se pela convergência aos interesses de diferentes departamentos existentes à época ao amplo financiamento dado pela Fundação Ford às ciências sociais e a ampliação da pós-graduação e agências de fomento durante a Ditadura Militar (FORJAZ. 1997. P. 4-8). As ciências sociais começavam a manifestar uma primazia analítica do Estado, dado o papel importante que ele teve nos processos de “modernização conservadora” que aumentou a intervenção estatal, tornando a autonomização da política enquanto um objeto de estudo algo incontornável para ganhar em complexidade nas análises. Atrelado a uma alta politização social levada pelo movimento estudantil e a crise política instalada pós-64 demandava novos modelos de análise à política. Da parte da Fundação Ford, havia uma orientação direta após a Guerra do Vietnam que deu maior atenção às Ciências Sociais e buscava formar elites locais que influenciassem a formação da política no Brasil em favor da hegemonia estadunidense. A ditadura, por sua vez, sintetizava a modernização conservadora de promoção de desenvolvimento científico simultânea à censura de algumas visões (FORJAZ. 1997. P. 4-8).

Nos casos concretos de departamentos no Rio de Janeiro e Minas gerais, observadas as trajetórias de seus intelectuais de alguns de seus integrantes, sob uma pluralidade metodológica, vigorava uma crítica comum ao marxismo, que teria uma visão economicista – segundo eles, encarnada pela Escola de Sociologia Paulista. Em resposta,

enfatazaram um “politicismo” exagerado de focar estritamente no plano institucional em detrimento dos aspectos estruturais, que foi cunhado de “autonomia do político” para centralizar os temas correlatos ao Estado. Apesar disso, houve propostas de relacionar as condições econômicas ao voto (Ibid. 1997. P.15-16).

Esta localização histórica do campo desde seus primórdios mostrou uma carga normativa dominante da Ciência Política, sobretudo em sua versão estadunidense, que assume o modelo republicano e liberal de democracia, centrada nas instituições do Estado, garantindo a estabilidade necessária à manutenção dos direitos de propriedade. Nos temas em que debate, a teoria política e a relevância do capital foram situadas como temas tabu ou temas inferiores. Dela, podemos apreender as seguintes práticas do campo: I) com a participação de cientistas do campo nos estudos sobre o comportamento de soldados e assuntos de guerra, que antecedeu a revolução behaviorista na área e a subsidiou analítica e teoricamente; II) com a participação em debates públicos nacionais, até constitucionais sobre a engenharia institucional contrária à participação popular, capaz de manter a estabilidade do governo republicano, à época dos debates Federalistas sob o termo das “ciências de governo” e durante a Guerra Fria como propaganda ideológica da democracia capitalista; IV) sob a condição de gestora do Estado capitalista que visam reformá-lo e estarem acima das contradições sociais, como no caso do presidente Woodrow Wilson, ou de assessorar a gestão, como a proposta de uma universidade que tivesse esta função; V) Na intenção de criar uma pedagogia republicana, responsável pela inculcação de valores adequados a esta forma de governo e que homogenize a nação; VI) Nos debates acadêmicos usuais de um campo científico. A inserção da Ciência Política no Brasil, por sua vez, tentava dar conta dos processos de “modernização conservadora” experimentados localmente, nos quais o Estado teve um papel especial, e, conseqüentemente, pretendiam autonomizar a esfera das instituições políticas em relação à economia – criticando o marxismo. Sua vinda foi facilitada pela ampliação da pós-graduação e o financiamento da Fundação Ford.

A citação de Bakunin sobre a utilização das “ciências de governo” no começo deste capítulo se coaduna bem com várias das práticas da Ciência Política: está presente o aspecto militar das guerras, a expansão da burocracia estatal através da gestão do Estado capitalista de Woodrow Wilson, a inculcação de obediência através da pedagogia

republicana e de sua ação como propaganda de Estado na guerra fria, todas elas orientadas para inviabilizar o “povo” de constituir força própria capaz de contrapor-lhe, ou de impedir e ver com bons olhos a baixa participação popular. O primeiro obstáculo, portanto, de uma Ciência política relevante sobre movimentos sociais está no seu vínculo histórico com a limitação da participação popular e manutenção do status quo, contrariando os objetivos normativos do tipo de de uma organização política dos grupos dominados com vistas à transformação social. Esta anseitaria uma avaliação crítica sobre quais métodos de organização política são mais adequados aos objetivos almejados, como sugerido pela Teoria Relevante sobre Movimentos Sociais. Em suma, a Ciência Política Popular envolve também uma *ciência política da organização popular*, ao passo que algumas das práticas históricas da ciência política foram destinadas à uma *ciência política da desorganização popular* como meio de conservar a estabilidade política e social. Este ponto precisa de uma precisão maior posterior, mas serve como provocação de aprofundamento posterior.

Contemporaneamente, ocorreu um mapeamento dos tipos de política predominantemente debatidos pela Ciência Política brasileira. Tavares e Oliveira (2016), criaram quatro alegorias para descrever as políticas de que se fala neste campo: a “política como gincana”, envereda pelo neo-institucionalismo, os indivíduos são tomados como unidades de análise e focam nos estudos legislativos; “ política como cafeteria”, que aborda os debates sobre a esfera pública habermasiana e seus fluxos informais; “política como reunião de condomínio”, abordando os debates sobre participação política nas Instituições Participativas, cujo marco principal é do deliberacionismo; “política como fogo no pneu”, a participação política extra-institucional, pela qual a ação coletiva de tipo movimento social se singulariza. Perceberam que, entre as publicações nos principais periódicos da área de Ciência Política, a “política como fogo no pneu” representou apenas 2,8% do total de artigos. A “político como gincana”, por outro lado, predominou e ocupou um percentual de 55,9% do total das revistas analisadas, manifestando o *mainstream* deste campo.

O marco teórico neo-institucionalista, típico da alegoria dominante, tem suas origens principalmente nos conceitos de poder e Estado de Weber, visando o estudo da influência de sua liderança (TAVARES; OLIVEIRA. 2016. P. 19-21). Esta abordagem

desbancou nos estudos legislativos e correlatos ao tema – sub-representação feminina, sistemas partidários, sistemas eleitorais, dentre outros –, dando peso explicativo às “regras do jogo” – regimentos internos, por exemplo –, se valendo de metodologias primordialmente quantitativas e do modelo de escolha racional que toma os indivíduos como unidades de análise orientados pelo auto-interesse e com preferências formadas e ordenáveis entre si. Nesta situação, os indivíduos analisados são as parlamentares (TAVARES; OLIVEIRA. 2016. P. 19-21).

Dos seus usos na guerra por cientistas políticas às análises e previsões no parlamento, o behaviorismo – ou comportamentalismo – deixou resquícios presentes no marco neo-institucionalista contemporâneo. Dele, segundo Peres (2008. P. 55-65), o neo-institucionalismo abandona a normatividade implícita do comportamentalismo, mas adere aos seus métodos científicos quantitativistas que visam a capacidade de realizar previsões e ao individualismo do modelo de escolha racional. Durante a matéria obrigatória de “Análise Política” que cursei durante a graduação e que se valia deste marco teórico, era destacado constantemente a utilidade dele a nossa prática profissional em consultorias e assessorias políticas visando efetivar a previsão das votações, algo que chegávamos a aprender a realizar de maneira básica. Ou seja, há um aprendizado que se vincula de imediato à prática dos meandros da “política como gincana”, isto é, a parte do cotidiano do parlamento.

Sugere-se, portanto, haver uma incompatibilidade entre o marco teórico dominante, do neo-institucionalismo e do que viria a ser uma ciência política relevante sobre movimentos sociais. Entretanto, observada a partir do entendimento de uma ciência política relevante para movimentos sociais algumas possibilidades de subverter este marco teórico são abertas.

Todas professoras entrevistadas relataram a importância de não primar, de partida, por uma destes tipos de política elencados. Para elas, compreender a realidade “como um todo” depende de levar em consideração todos estes tipos de política. Além deste aspecto assimilar-se a intenção de totalidade buscada pela pesquisa militante, um dos entrevistados argumentou que, uma maneira de analisar criticamente as instituições – nos termos deste trabalho, de criar uma teoria relevante *para* movimentos sociais – consiste em situar a categoria de “dominação” como central da Ciência Política.

Apesar de Max Weber ser a referência primordial e originária do neo-institucionalismo, em seus conceitos de Estado, governo e parlamento, o mesmo Weber conceituou classicamente a dominação. Em “Parlamento e governo na Alemanha reorganizada”²⁵ (WEBER. 2014), o autor incomoda-se com o cerceamento da liberdade individual e passividade política imposto pela gaiola de ferro produzida pela dominação racional-legal. Neste mesmo texto, o processo de impotência política sob os quais os partidos políticos estavam submetidos dentro do parlamento Alemão, devido a uma série de ações que concederam maior poder à burocracia do poder executivo, é conectada ao processo mais amplo de racionalização do mundo e, consequentemente, de expansão da dominação racional-legal. Soma-se a isso, a consideração de que a atribuição de potência política e criativa à burocracia executiva, não ao parlamento, permitiria uma maior influência dos grandes negócios sobre o Estado, graças às relações de segredo que concedem poder à esta forma de administração. Resumindo, o próprio Weber parece realizar uma análise crítica das instituições e do próprio parlamento, ligando-o às relações sociais mais amplas de dominação.

Esta dimensão parece realçada nos usos de Weber por Maurício Tragtenberg. A título de exemplo, ele realiza um estudo histórico sobre as ideologias administrativas utilizadas na operacionalização da exploração e dominação do trabalho, criando uma ponte entre a historicização da divisão do trabalho em Marx e a análise webweriana de burocracia para afirmar que estas constituíram o correlato coercitivo para a extração de mais-valor (TRAGTENBERG. 2012. P. 44). Tendo sido um dos tradutores do autor alemão ao português brasileiro, costuma fundir as análises marxistas às anarquistas, de modo que suas referências constantes a Weber fazem algumas pessoas classificarem sua produção teórica como uma espécie de “weberianismo libertário”²⁶

José Oiticica (2006), anarquista brasileiro da primeira metade do século XX, realiza um esforço semelhante em seu livro “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Apresenta uma teoria do Estado que subdivide-o em sete faces: feição econômica, financeira, política, militar, jurídica, pedagógica e religiosa. Deste jeito,

25 Weber, entretanto, julgava que este texto não é tem caráter científico, mas o de um texto político, que visado à ação. Logo, fazer estas considerações no âmbito científico vai além e contra sua própria visão, ainda que tenha importância.

26 Agradeço este ponto ao companheiro de militância e antropólogo, Paique Duques Santarém.

analisa o Estado sem suspender sua complexidade e heterogeneidade – nem perder a especificidade da sua face política – simultaneamente a visão de que ele é, em última instância, uma “força compressiva organizada” contra as classes não-proprietárias. Assim, seu diagnóstico das instituições estatais ganham em complexidade e criticidade.

Entre as entrevistas outro ponto de incompatibilidade foi também identificado. Existiria ainda uma “dupla personalidade” do “mainstream” da Ciência Política, fruto de especificidades do campo comparada a outras ciências sociais, em que “fora da academia” são ideologicamente de esquerda, mas “dentro da academia” se adequam ao “campo” e a um padrão hegemônico de produção do conhecimento. Para ele, a ciência política guardaria então um perfil de intelectual mais distante e não militante, apartado do campo popular. Este ponto contraria imanência entre “cientista da política” e “polític[a] prátic[a]” que traduz o elo entre teoria e prática na Ciência Política, nos termos de Gramsci, os quais deveriam gerar apenas uma única personalidade. De maneira suscedânea, o compromisso com a transformação social aparece parcialmente e apenas em uma das “personalidades”. Ambos estes elementos estão presentes na pesquisa militante.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo discutir a relação entre a Ciência Política e a Teoria Relevante sobre movimentos sociais, bem como compreender o que ela seja, partindo das discussões deste marco teórico aliado ao da Pesquisa Militante e da Ciência Cidadã. Assim, procedeu-se a síntese de seus elementos, a saber, a dupla participação na produção da pesquisa, a política prefigurativa de pesquisa, o caráter parcial ligado à totalidade para criar uma teoria dinâmica e a criação de um conhecimento crítico. No capítulo seguinte, elencou-se os dilemas, isto é, pontos de tensão, que implicam na escolha de opções, enfrentados pela proposta de uma teoria relevante sobre movimentos sociais. No último capítulo, foram apresentados a relação desta Teoria Relevante Sobre Movimentos Sociais a Ciência Política, e os empecilhos enfrentados para a criação de uma Ciência Política Popular.

Existiram algumas lacunas que precisam ser supridas em estudos futuros. A primeira delas foi a não inclusão de um caso concreto de ciência política popular que pudesse ser mais diretamente comparado em suas práticas realmente existentes à ciência política acadêmica. Como forma de mediar este problema, algumas menções brevíssimas foram feitas a partir do movimento do qual o autor faz parte, o Movimento Passe Livre – DFE. Nesse mesmo sentido uma linha interessante que considerasse a especificidade do caso brasileiro, fugindo à importação teórica criticada pela Pesquisa Militante, seria discutir uma ciência política popular a partir de autores locais que foram relevantes aos movimentos que vivemos. Trata-se de recuperar as contribuições anti-capitalistas, anti-racistas e anti-patriarcais feitas em nosso próprio país e considerando nosso contexto, a exemplo da interpretação do Quilombismo realizada por Abdias do Nascimento ou sobre a organização de movimento social e interseccionalidade feita por Lélia Gonzales. Internacionalmente, está em voga contribuições explícitas de teoria política

Em segundo lugar, cada um dos dilemas mereceria uma discussão a parte mais aprofundada, em especial o dilema da teoria relevante para ou sobre movimentos sociais. Nela, o questionamento sobre como ser relevante aos movimentos sociais em o ser à repressão do Estado está em aberto. Em terceiro lugar, discorrer sobre a ciência política que versa de políticas públicas e pensá-la em relação à teoria relevante sobre movimentos sociais, espaço bastante aberto pela ciência cidadã. Por fim, um maior aprofundamento

sobre o marco teórico predominante, o neo-institucionalismo, pode ser muito produtivo para pensar em como fazer usos subversivos que o tornem relevante para movimentos sociais.

Apesar disso, entende-se que este trabalho fará parte de um esforço maior de definir e verificar o que é uma Ciência Política popular e a existência da Ciência Política acadêmica para além de suas próprias publicações, incluindo a dentro de outras práticas e dentro das relações sociais do mundo. De fato, não há uma fórmula pronta a ser trilhada, mas uma avaliação nos casos concretos sobre como ser relevante à transformação social. Nesta trilha, como sugerido pela parecerista deste trabalho, quem estuda movimentos sociais deve adentrar também no campo de teoria política – que tem certa importância no campo de Ciência Política, e aqui se utilizou de alguns conceitos que são pontes entre as duas sub-áreas, como a discussão sobre pré-figuração, poder popular e participação. É certo que, como alguns casos apontaram, as pesquisadoras que consideram a dimensão da relevância não devem restringir-se a publicar nos periódicos acadêmicos. Deve mapear os temas relevantes, engajar-se, executar mecanismos de auto-objetivação das experiências e, antes de tudo, escrever em fóruns que são lidos pelos movimentos em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência da era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, n o 2, 2014, pp. 325 a 357.

ABERS, Rebeca.; VON BULLOW, Marisa. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, 13,28:52-84. 2011.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Editora Hedra: São Paulo, 2014.

_____. A instrução integral (1869). In: *Obras escolhidas*. Editora Hedra: São Paulo, 2015.

BERNADINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 30, Número 1. Janeiro/Abril 2015.

BEVINGTON, Douglas; DIXON, Chris. Movement-relevant Theory: Rethinking Social Movement Scholarship and Activism. *Social Movement Studies*, Vol. 4, No. 3, 185-208, December 2005.

BEZERRA, Marco Otávio. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Relumé Dumará: Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia. *Opinião Pública*. Campina, Vol. 17, nº1, Jun. 2011. P. 76-105.

BLOOR, David. *Conhecimento e Imaginário Social*. São Paulo: Unesp, 2008.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. *Revista Direito e Práxis*: Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano; VARELLA, Renata Versiani Scott. Apresentação do Dossiê

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. *Mana*, 1996, 2(2):115-144.

COLLINS, Harry. M. Researching spoonbending: concepts and practice of participatory field work. In: BELL, Colin; ROBERTS, Helen (org.). *Social Researching: Politics, Problems, Practice*. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Melbourne and Henley, 1984.

COLLINS, Patrícia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York and London, Taylor & Francis e-Library, 2002. Cap. 11 “Black Feminist Epistemology”.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira negra: discutindo o anarquismo*. Editora Prismas: Curitiba, 2015.

_____. *Teoria bakuniniana do Estado*. Editora Imaginário: São Paulo, 2014.

CUNINGHAM, David. State versus social movement: FBI counterintelligence against the new left. In: GOLDSTONE, Jack A. (org.). States, parties and social movements. Cambridge University Press: 2000.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 137-161, 2004.

FALS BORDA, Orlando. Metodologías Participativas (I.A.P.). S/d. Disponível em arquivo próprio.

_____. Reflexões sobre a aplicação do método de Estudo-Ação na Colômbia. *Revista Direito e Práxis*: Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016. P. 771-788.

_____. En torno al Poder Popular y la IAP. In: (org. FARFÁN, Nicolás Armando Herrera; GUZMÁN, Lorena Lopez. Ciencia, compromiso y cambio social: textos de Orlando Fals Borda. El colectivo – Lanza y letras – Extensión-Libros: Buenos Aires, 2012.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira SA: Rio de Janeiro, 1968.

FERES JÚNIOR, João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 15, p. 97-110, nov. 2000.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: Aspectos Institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n.35. 1997

FRANÇA, Gustavo Henrique Serafim; VAZQUEZ, João Pedro. “Ocupa UnB”: um balanço dos efeitos do movimento de ocupações da UnB em 2016. A ser publicado na Revista Três Pontos, Dossiê Ocupações. 2017.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*: registros de uma experiência em processo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREEMAN, Jo. A tirania das organizações sem estrutura. 1970. Disponível em: < <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> >; Acesso em: 15.06.2017.

FUNTOWICZ, S; RAVETZ, J. “Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais”. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, 1997, IV(2): 219-230.

GOHN, Maria da Glória. “Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1985.

HABERMAS, J. “Ciência e Técnica como Ideologia”. In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

HARDING, Sandra. “Ciencia y feminismo”. Ediciones Morata: Madrid, 1996.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidades e consubstancialidades das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1. 2014.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Editora Viramundo: São Paulo, 2003.

IRWIN, Alan. *Ciência Cidadã: um estudo das pessoas, especialização e desenvolvimento sustentável*. Instituto Piaget: 1995.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Revista Direito & Práxis*: Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 12, 2016. P. 414-464.

MARCUSE, H. A Ideologia da Sociedade Industrial; o homem uni-dimensional. Rio, Zahar, 1982.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo: São Paulo, 2010[1843].

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. Boitempo: São Paulo, 2012.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Editora da UnB: Brasília, 1982.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.

OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. Achiamé: Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Ian Caetano. À academia: ensaio para uma crítica do *modus operandi* universitário. *Revista Três Pontos*, 11.2, 2013. Pp. 145-153.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Editora Paz & Terra: São Paulo, 1992.

- PERES, Paulo. “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-institucionalismo da Ciência Política.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23:68. 2008.
- PINCH, T. e BIJKER, W. “La construcción social de hechos y de artefactos”. In: Thomas, H, e Buch, A. (orgs.) *Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. 2008.
- SARAIVA, Adriana. Movimentos em movimento: uma comparação entre dois movimentos sociais juvenis no Brasil e nos Estados Unidos. Tese de Doutorado, Centro de Pós-graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília. 2010
- SADER, Eder. “Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas, lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80”. Editora Paz & Terra: Rio de Janeiro, 1988.
- SERGE, Victor. O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão. Edições Iskra: São Paulo, 2016.
- SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. V. 43, N. 149. P. 478-491. Maio-ago. 2013.
- TADDEI, R; GAMBOGGI, A. “Marcas de uma democratização diluída: Modernidade, desigualdade e participação na Gestão de águas no ceará. In: *Revista de ciências sociais, Fortaleza*, 2011, 42(2): 8 – 33.
- TARLAU, Rebecca. “We do not need outsiders to study us”. Reflections on activism and social movement research *Postcolonial Directions in Education*, 3(1), pp. 63-87. 2014.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: 2009.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Ian Caetano. Omissões e Seletividades da Ciência Política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 11-45.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Educação e burocracia*. Editora Unesp: São Paulo, 2012.
- _____. Sobre educação, política e sindicalismo. Editora Unesp: São Paulo, 2004.

TRINDADE, Thiago; VIANA, Rafael. Desafios para a construção de uma teoria relevante para os movimentos sociais. Trabalho apresentado no GT “Movimentos Sociais Contemporâneos” do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia: Brasília, 2017.

“Universidade para quem?”. Web-documentário. 21.12.2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/Ucx3BNFHDFvBAYnytgJaB7hg>>; Acesso em: 04.10.2017.

WEBER, Max. “A 'Objetividade' do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. [1904]” In: Metodologia das Ciências Sociais: Parte 1. 4a Ed., São Paulo, Editora Cortez: 1973.

WEBER, Max. “Parlamento e governo na Alemanha reorganizada”. In: Escritos Políticos. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2014.

